

VICTORIA – SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO
& CONTAS
2011

ÍNDICE

VICTORIA INTERNACIONAL
DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

VICTORIA – SEGUROS S.A

VICTORIA – SEGUROS DE VIDA S.A

Relatório & Contas aprovado em AG
a 30 de Março de 2012

www.victoria-seguros.pt

03 ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

01 RELATÓRIO

06 RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

11 BALANÇO
17 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
21 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
22 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXAS
24 DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
27 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

115 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
116 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

04 ANEXOS

118 ANEXO I - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - RAMO VIDA
121 ANEXO II - RENTABILIDADES DE PRODUTOS FINANCEIROS - RAMO VIDA

ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

VICTORIA
SEGUROS DE VIDA, S.A.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro
Presidente

J. A. Pinto Ribeiro & Associados,
Sociedade Advogados
(representada por Maria Mateus
Pinto)
Secretário

Conselho de Administração

Alain Dupont
Presidente

Christian Baffy
Vogal

Pierre Esparbes
Vogal

Bernard Millequant
Vogal

Hubert Rodarie
Vogal

Alberto Toledano
Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Santiago Gil de Biedma
Vogal

Luís Henriques
Suplente

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados – S.R.O.C.,
S.A.(SROC nº 189)
(representada por Ana Dourado
(ROC nº 1011)
Efectivo

Jean-éric Gaing (ROC nº 1013)
Suplente

CONSELHO EXECUTIVO

Alberto Toledano
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Director Geral Adjunto

Francisco Campilho
Director Geral Adjunto

ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

VICTORIA SEGUROS DE VIDA, S.A.

ÓRGÃOS SOCIAIS, DECORRENTES DAS ALTERAÇÕES APROVADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE 30 DE MARÇO DE 2012

Mesa da Assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro

Presidente

J. A. Pinto Ribeiro & Associados,
Sociedade Advogados
(representada por Maria Mateus
Pinto)

Secretário

Conselho de Administração

Alain Dupont

Presidente

Christian Baffy

Vogal

Pierre Esparbes

Vogal

Bernard Millequant

Vogal

Hubert Rodarie

Vogal

Alberto Toledano

Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard

Presidente

Santiago Gil de Biedma

Vogal

António Vilar

Vogal

Luís Henriques

Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados
– S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178)
(representada por Ana Salcedas
(ROC nº 1230)

Efectivo

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Suplente

CONSELHO EXECUTIVO

Alberto Toledano
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Director Geral Adjunto

Francisco Campilho
Director Geral Adjunto

01

RELATÓRIO

VICTORIA – SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2011

01

RELATÓRIO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2011.

01.1 Actividade da Empresa

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. explora em Portugal todas as modalidades de seguro de vida, nomeadamente os produtos tradicionais, produtos financeiros, planos de poupança reforma, rendas e todas as formas de planos de previdência. Assume ainda, no âmbito da legislação aplicável, a gestão de fundos de pensões. O resseguro aceite não é explorado pela VICTORIA.

No dia 29 de Dezembro de 2011, o Grupo SMABTP formalizou a compra ao Grupo ERGO da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., proprietária da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A.. Esta operação tinha sido anunciada a 21 de Setembro de 2011 e foi aprovada no início de Dezembro pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Presente em Portugal desde 2007, através da sua afiliada Asefa, o Grupo SMABTP concentra a sua actividade no sector da construção e imobiliário, distribuindo os seus produtos através de uma rede de mediadores profissionais. O Grupo SMABTP, fundado em 1859, conta com 2,800 colaboradores. Em 2010, apresentava capitais próprios no valor de 2,1 mil milhões de euros e detinha 17 mil milhões de euros de activos sob gestão.

O Grupo SMABTP opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBPT, líder no sector de seguros de construção em França. O Grupo SMABTP está presente em Espanha através da sua afiliada Asefa desde 1989, operando nos ramos Vida e Não Vida, e onde é também líder no mercado de seguros de construção.

A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do grupo francês SMABTP e da sua afiliada Asefa.

01.2 Prémios

O volume de prémios brutos emitidos atingiu EUR 33.264.426 (2010: EUR 36.663.014) evidenciando um decréscimo de 9,3% (2010: 4,8%). Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efectuadas pelos tomadores de seguro, registou uma quebra de 26,0% (2010: 16,7%) situando-se em EUR 4.114.144 (2010: EUR 5.558.983).

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento foi assim de EUR 37.378.570 (2010: EUR 42.221.997) registando-se assim uma quebra de 11,5% (2010: 2,4%).

01.3 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros situaram-se em EUR 34.894.288 (2010: EUR 33.188.327), evidenciando um aumento de 5,1% (2010: quebra de 0,2%), tendo-se registado um aumento de vencimentos de 4,9% (2010: 26,4%) e de capitais por morte e invalidez de 8,9% (2010: 15,5%). Os resgates tiveram um aumento de 3,3% (2010: redução de 22,4%).

01.4 Resseguro Cedido

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique a Swiss Re, em Zurique, a John Hancock, em Boston, a General Re, a Nacional de Reaseguros, e a Scor Global Life Ibérica, em Madrid. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

01.5 Custos de exploração líquidos

Os custos de exploração líquidos situaram-se em EUR 9.137.325 (2010: EUR 9.160.775).

01.6 Investimentos

A carteira de investimentos atingiu, no final de 2011, um montante de EUR 291.647.814 (2010: EUR 312.671.418). Numa conjuntura conturbada dos mercados financeiros, os proveitos de investimentos atingiram EUR 8.069.951 (2010: EUR 9.211.665).

01.7 Fundos de Pensões

O volume de activos de Fundos de Pensões sob gestão atingiu em 2011 um montante de EUR 27.671.665 (2010: EUR 26.137.378).

01.8 Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 1,58 (2010: 1,43).

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

01.9
Governo da Sociedade

A estrutura e o montante da remuneração dos membros dos órgãos de administração são definidos pela comissão de vencimentos que foi presidida por um representante do ERGO International AG até 29 de Dezembro. Tendo em conta o desenvolvimento da carteira da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. foi decidido que, partilhando com as restantes empresas do grupo em Portugal os mesmos titulares de órgãos de administração, estes apenas são remunerados na sociedade VICTORIA – Seguros, S.A.

No que se refere ao órgão de fiscalização, a remuneração dos membros do Conselho fiscal consiste numa quantia

fixa determinada em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

	2011	2010
OUTRAS REMUNERAÇÕES		
BÓNUS ANUAL		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
OUTRAS REMUNERAÇÕES	6.000	6.000
CONSELHO FISCAL	6.000	6.000

			2011	2010
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
ADMINISTRADOR-DELEGADO	PATRICK SCHWARZ	OUTRAS REMUNERAÇÕES		
	CESSOU FUNÇÕES EM 29 DE DEZEMBRO DE 2011	BÓNUS ANUAL		
ADMINISTRADOR	FRANCISCO CAMPILHO	OUTRAS REMUNERAÇÕES		
		BÓNUS ANUAL		
CONSELHO FISCAL				
PRESIDENTE	JOÃO LARA	OUTRAS REMUNERAÇÕES		
VOGAL	FERNANDO GASPAR	OUTRAS REMUNERAÇÕES	3.000	3.000
VOGAL	JOSÉ ALMAÇA	OUTRAS REMUNERAÇÕES	3.000	3.000

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

1.10

Outras informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

1.11

Ligações de grupo, recursos comuns

No final de 2011, A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso accionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efectuada na base de critérios objectivos, observando a natureza e o fim da despesa.

1.12

Resultado do exercício e proposta da sua aplicação

O resultado da conta técnico do seguro de vida é de EUR – 29.334 (2010: EUR 648.948). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC e atribuição à Provisão para Participação nos Resultados, é de EUR 424.594 (2010: EUR 1.141.377).

Propomos que após a dotação de EUR 42.460 à reserva legal, o remanescente de EUR 382.134 seja levado a resultados transitados.

1.13

Consolidação de resultados

As nossas contas são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A..

O relatório consolidado contém informações mais detalhadas acerca da actividade das empresas do grupo.

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMABTP, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

1.14

Previsões para 2012

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento em Janeiro de 2012 atingiu EUR 4.575.312 (2011: EUR 4.090.499).

1.15

Considerações finais

Queremos agradecer aos Accionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração. Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA pelo seu empenhamento, indispensável para a concretização do novo projecto da VICTORIA.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

VICTORIA – SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO
& CONTAS
2011

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2011 E 31.12.2010

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES/ AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	
	ACTIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.496.472		4.496.472	12.657.290
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
3	Activos financeiros detidos para negociação			0	216.345
4	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	67.085.555		67.085.555	73.971.185
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	2.240.591		2.240.591	2.471.595
	Títulos de dívida	64.844.964		64.844.964	71.499.590
	Outros				
	Derivados de cobertura				
5	Activos disponíveis para venda	192.233.801	1.954.221	190.279.580	185.223.312
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	3.140.856	690.559	2.450.297	3.324.737
	Títulos de dívida	189.092.945	1.263.662	187.829.283	181.898.575
	Outros				
	Empréstimos e contas a receber	1.729.967	0	1.729.967	12.457.290

(CONT.)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2011 E 31.12. 2010

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIÇÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	
	Depósitos junto de empresas cedentes				
6	Outros depósitos	928.834		928.834	6.828.617
6	Empréstimos concedidos	801.133		801.133	5.628.673
	Contas a receber				
	Outros				
	Investimentos a deter até à maturidade				
	Terrenos e edifícios	28.090.192	33.952	28.056.240	28.073.216
2	Terrenos e edifícios de uso próprio	1.979.800	33.952	1.945.848	1.962.824
2	Terrenos e edifícios de rendimento	26.110.392		26.110.392	26.110.392
8	Outros activos tangíveis	4.642.024	4.196.170	445.854	555.757
	Inventários	35.693		35.693	56.108
	Goodwill				
9	Outros activos intangíveis	5.107.962	4.414.876	693.086	670.413
	Provisões técnicas de resseguro cedido	0	0	0	87.308
	Provisão para prémios não adquiridos				
	Provisão matemática do ramo vida			0	0
13	Provisão para sinistros			0	87.308
	Provisão para participação nos resultados				

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2011 E 31.12. 2010

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES / AMORTIZACÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
11	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	945.920		945.920	814.256
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.654.082	357.224	3.296.858	3.020.337
10	Contas a receber por operações de seguro directo	1.481.545	135.649	1.345.896	1.600.615
10	Contas a receber por outras operações de resseguro	385.879		385.879	465.766
10	Contas a receber por outras operações	1.786.658	221.575	1.565.083	953.956
	Activos por impostos	803.549	0	803.549	819.897
	Activos por impostos correntes	0		0	0
12	Activos por impostos diferidos	803.549		803.549	819.897
16	Acréscimos e diferimentos	42.824		42.824	56.087
	Outros elementos do activo				
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ACTIVO	308.868.041	10.956.443	297.911.598	318.678.801

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2011 E 31.12. 2010

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas	202.736.851	212.169.144
13	Provisão para prémios não adquiridos	897.880	1.091.963
13	Provisão matemática do ramo vida	185.688.076	195.128.909
13	Provisão para sinistros	7.103.055	6.109.955
13	De vida	7.103.055	6.109.955
	De acidentes de trabalho		
	De outros ramos		
13	Provisão para participação nos resultados	6.524.735	7.422.847
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	18.955	215.595
	Provisão para participação nos resultados atribuída	6.505.780	7.207.252
13	Provisão para compromissos de taxa	2.523.105	2.415.470
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade		
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas		
14	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	65.981.455	78.890.225
	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura		

(CONT.)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2011 E 31.12. 2010

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
11	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	131.367	110.728
	Outros credores por operações de seguros e outras operações	5.285.390	3.527.380
15	Contas a pagar por operações de seguro directo	204.612	260.260
15	Contas a pagar por outras operações de resseguro	9.409	102.090
15	Contas a pagar por outras operações	5.071.369	3.165.030
	Passivos por impostos	153.425	232.217
12	Passivos por impostos correntes	153.425	232.217
12	Passivos por impostos diferidos	-	-
16	Acréscimos e diferimentos	989.131	1.090.105
29	Outras Provisões	952.384	1.207.293
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	276.230.003	297.227.092
	CAPITAL PRÓPRIO		
17	Capital	8.500.000	8.500.000
	(Acções Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	646.773	1.128.277
17	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	(600.029)	80.057

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2011 E 31.12. 2010

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
17	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	1.246.802	1.048.220
	Por revalorização de activos intangíveis		
	Por revalorização de outros activos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
17	Reserva por impostos diferidos	(171.395)	(298.993)
	Outras Reservas	10.558.149	10.981.048
	Resultados Transitados	1.723.474	-
	Resultado do exercício	424.594	1.141.377
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	21.681.595	21.451.709
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	297.911.598	318.678.801

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	30.751.776		30.751.776	33.905.090
21	Prémios brutos emitidos	33.264.425		33.264.425	36.663.014
	Prémios de resseguro cedido	(2.720.115)		(2.720.115)	(2.912.682)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	207.466		207.466	154.758
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)				
22	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	987.916		987.916	1.208.152
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(34.747.653)		(34.747.653)	(32.791.360)
	Montantes pagos	(33.667.244)		(33.667.244)	(32.610.542)
	Montantes brutos	(33.901.187)		(33.901.187)	(32.929.533)
	Parte dos resseguradores	233.943		233.943	318.991
	Provisão para sinistros (variação)	(1.080.409)		(1.080.409)	(180.818)
	Montantes brutos	(993.101)		(993.101)	(258.794)
	Parte dos resseguradores	(87.308)		(87.308)	77.976
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(107.635)		(107.635)	(233.289)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	10.314.406		10.314.406	5.674.253
	Montantes brutos	10.314.406		10.314.406	5.674.253
	Parte dos resseguradores			-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.810.568)		(1.810.568)	(2.128.497)

(CONT.)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	
	Custos e gastos de exploração líquidos	(9.137.326)		(9.137.326)	(9.160.775)
	Custos de aquisição	(3.328.636)		(3.328.636)	(3.174.664)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(732.041)		(732.041)	(624.414)
	Gastos administrativos	(6.304.246)		(6.304.246)	(6.392.570)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	1.227.597		1.227.597	1.030.873
	Rendimentos	9.416.180	296.179	9.712.359	8.915.426
23	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	8.375.541		8.375.541	7.785.370
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
23	Outros	1.040.639	296.179	1.336.818	1.130.056
	Gastos financeiros	(472.611)	(14.351)	(486.962)	(795.872)
24	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
24	Outros	(472.611)	(14.351)	(486.962)	(795.872)
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	39.426	1.699	41.125	(16.512)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(CONT.)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	
25	De activos disponíveis para venda	39.426	1.699	41.125	(16.512)
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros				
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(3.895.079)	243.665	(3.651.414)	(3.222.004)
26	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		243.665	243.665	475.246
26	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(3.895.079)		(3.895.079)	(3.697.250)
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(1.392.478)	(219.340)	(1.611.818)	(51.056)
27	De activos disponíveis para venda	(1.392.478)	(219.340)	(1.611.818)	(51.056)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
28	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	24.312		24.312	56.003
29	Outras provisões (variação)		122.434	122.434	(85.166)
30	Outros rendimentos/gastos		199.022	199.022	492.655

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(CONT.)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	(29.334)	629.308	599.974	1.767.048
12	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			(196.407)	(931.447)
12	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos			21.027	305.776
	RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTOS	(29.334)	629.308	424.594	1.141.377

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	2011	2010
Resultado líquido do exercício	424.594	1.141.377
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	(678.145)	(3.662.417)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")	196.641	834.757
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	127.599	749.330
Ganhos e perdas actuariais reconhecidas	159.199	151.328
Impostos diferidos e correntes decorrentes dos ganhos e perdas actuariais	-	-
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL	229.888	(785.625)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2011	2010
1. ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos:		
Prémios recebidos de clientes	406.218.089	159.463.523
Alienação de activos financeiros	42.808.523	45.694.385
Juros e dividendos	357.146.919	113.157.045
Recebimentos de taxas e impostos	61.094	602.382
Regularização c/c de seguradoras	-	9.711
Pagamentos:	6.201.553	-
Sinistros e estornos de clientes	(414.041.576)	(146.504.793)
Comissões	53.858.106	50.181.847
Resseguradores	904.126	930.816
Outros prestadores	81.339	650.977
Fornecedores diversos	(1.570.021)	580.953
Pagamentos a colaboradores	4.372.600	3.501.756
Aquisição de activos financeiros	1.593.628	2.656.891
Pagamento de taxas e impostos	342.288.949	76.929.297
Despesas de viagem	3.593.388	3.164.494
Fundo Fixo de Caixa	100.532	286.093
Regularização c/c de seguradoras	5.499	21.669
FLUXO DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	8.813.430	7.600.000
	(7.823.487)	12.958.730

(CONT.)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(CONT.)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2011	2010
2. ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos:	(337.331)	(54.005)
Aquisição de activo fixos tangíveis	54.976	50.027
Aquisição de activos inangíveis	282.355	3.978
Fluxo das actividades de investimento	(337.331)	(54.005)
3. ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos:	-	(8.500.000)
Dividendos	-	8.500.000
FLUXO DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(8.500.000)
4 (= 1+2+3) TOTAL DO FLUXO DE CAIXA	(8.160.818)	4.404.725
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO	12.657.290	8.252.565
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	4.496.472	12.657.290

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31.12.2011 E 31.12.2010

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		OUTRAS RESERVAS					RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
		POR AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	POR REVALORIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS		
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO 2009	8.500.000	3.071.662	884.275	(1.048.323)	2.008.911	2.500.000	7.514.108	6.494.644	812.057	30.737.334
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
Balanço de abertura alterado	8.500.000	3.071.662	884.275	(1.048.323)	2.008.911	2.500.000	7.514.108	6.494.644	812.057	30.737.334
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		(3.662.417)			749.330					(2.913.087)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		670.812	163.945							834.757
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos										-
Aumento de reservas por aplicação de resultados					81.206				(81.206)	-
Distribuição de reservas							(1.274.505)			(1.274.505)
Distribuição de lucros/prejuízos								(6.494.644)	(730.851)	(7.225.495)

(CONT.)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31.12.2011 E 31.12.2010

(CONT.)

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		OUTRAS RESERVAS				RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
		POR AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	POR REVALORIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS			
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							151.328			151.328
TOTAL DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	-	(2,991,605)	163,945	749,330	81,206	-	(1,123,177)	(6,494,644)	(812,057)	(10,427,002)
Resultado líquido do período									1.141.377	1.141.377
Distribuição antecipada de lucros										
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO 2010	8.500.000	80.057	1.048.220	(298.993)	2.090.117	2.500.000	6.390.931	-	1.141.377	21.451.709
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
BALANÇO DE ABERTURA ALTERADO	8,500,000	80,057	1,048,220	(298,993)	2,090,117	2,500,000	6,390,931	-	1,141,377	21,451,709
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		(678.145)		180.222						(497.923)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio				(52.624)						(52.624)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31.12.2011 E 31.12.2010

(CONT.)

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		OUTRAS RESERVAS				RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
		POR AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	POR REVALORIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS			
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		(1.941)	198.582							196.641
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos										-
Aumento de reservas por aplicação de resultados					114.138					114.138
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								1.027.239	(1.141.377)	(114.138)
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							(537.037)	696.235		159.198
Total das variações do capital próprio	-	(680.086)	198.582	127.598	114.138	-	(537.037)	1.723.474	(1.141.377)	(194.708)
Resultado líquido do período									424.594	424.594
Distribuição antecipada de lucros										
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO 2011	8.500.000	(600.029)	1.246.802	(171.395)	2.204.255	2.500.000	5.853.894	1.723.474	424.594	21.681.595

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

ÍNDICE

- I) **INTRODUÇÃO**
- II) **INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS**
- III) **POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**
- IV) **GESTÃO DE RISCOS**
- V) **NOTAS AO BALANÇO**
 - NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 – Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 – Activos financeiros detidos para negociação
 - NOTA 4 – Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
 - NOTA 5 – Activos disponíveis para venda
 - NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber
 - NOTA 7 – Afectação dos Investimentos
 - NOTA 8 – Outros activos tangíveis e Inventários
 - NOTA 9 – Outros activos intangíveis
 - NOTA 10 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 11 – Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 12 – Activos e Passivos por impostos
 - NOTA 13 – Provisões Técnicas
 - NOTA 14 – Passivos Financeiros de contratos de investimento
 - NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 16 – Acréscimos e Diferimentos
 - NOTA 17 – Capital Próprio
 - NOTA 18 – Reserva Legal
 - NOTA 19 – Transacções entre partes relacionadas
 - NOTA 20 – Elementos extra patrimoniais

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

VI) NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

- NOTA 21 – Prémios de contratos de seguro
- NOTA 22 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
- NOTA 23 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 24 – Gastos Financeiros
- NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados
- NOTA 27 – Perdas de Imparidades
- NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos

- NOTA 29 – Outras Provisões
- NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 31 – Gastos diversos por função
- NOTA 32 – Gastos com o pessoal

**VII) JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS
FINANCEIROS**

**VIII) NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES
RECENTEMENTE EMITIDAS**

**IX) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES
FINANCEIRAS**

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

I – INTRODUÇÃO

O Ramo Vida é explorado pela VICTORIA desde 1930, altura em que foi criada em Portugal a VICTORIA – Sociedade Anónima de Seguros de Vida, agência geral da seguradora alemã.

Em 1992, e resultante da transformação da agência geral em sociedade de direito português, surge a actual VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 20 delegações.

Actualmente apresenta um capital social de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objecto social o desenvolvimento da actividade de seguro e resseguro do Ramo Vida, sendo, no entanto, o resseguro activo não explorado pela VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

No decurso de 2011, o Grupo Ergo, detentor de 100% da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. iniciou um processo de venda das participações financeiras em Portugal, que se veio a concretizar a 29.12.2011, data de transferência

das participações financeiras, para o Grupo SMABTP. Todas as operações existentes entre as empresas do grupo, foram objecto de revisão e objecto de novos acordos, de modo a acautelar a transição para o novo accionista, bem como a garantir o normal desenvolvimento da actividade, nomeadamente no que respeita aos sistemas informáticos.

As notas às contas respeitam as exigências de informação estabelecidas no Plano de Contas para o Sector Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de Abril com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro.

II – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, foi definido tendo em consideração a desagregação existente, por aplicação da IFRS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

4 e da IAS 39, para os produtos comercializados pela Companhia. Assim, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, temos:

(UNIDADES: EUROS)

RELATÓRIO POR SEGMENTOS	2011			2010		
	CONTRATO SEGUROS	CONTRATO INVESTIMENTOS	GESTÃO DE FUNDOS DE PENSÕES	CONTRATO SEGUROS	CONTRATO INVESTIMENTOS	GESTÃO DE FUNDOS DE PENSÕES
Prémios brutos emitidos	33.264.426	-	-	36.663.014	-	-
Prémios de resseguro cedido	(2.720.115)	-	-	(2.912.682)	-	-
Prémios brutos adquiridos	33.471.891	-	-	36.817.772	-	-
Comissões cobradas de contratos	-	987.916	159.085	-	1.208.152	179.696
Resultados dos investimentos	6.590.646	(2.895.209)	-	7.018.278	(2.898.907)	-
Custos com sinistros brutos	(34.894.289)	-	-	(33.188.327)	-	-
Custos de exploração brutos	(8.844.478)	(624.698)	(895.747)	(9.463.003)	(728.645)	(738.010)
Resultado técnico	3.369.630	(2.464.254)	(934.710)	3.647.274	(2.419.401)	(578.925)
Activos afectos à representação das provisões técnicas	216.441.162	65.981.455	-	227.120.667	78.890.225	-
Provisões técnicas	202.736.851	65.981.455	-	212.169.144	78.890.225	-

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros (“PCES 07”)), com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adoptadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com excepção do IFRS 4, norma relevante para os contratos de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4, que tendo um carácter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31

de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros em vigor que acolhe o regime dos IFRS adoptados pela União Europeia, com excepção do IFRS 4 em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 17 de Fevereiro de 2012.

Em 2011 a Companhia adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respectivas notas às contas, respeitam as exigências

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

de informação estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Sector Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de Abril com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e pela Norma n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro.

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas do ISP. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos

de investimento. Desta forma, todos os movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguros enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

(i) Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objectivo registar o valor actuarial das responsabilidades futuras da Empresa, após dedução do valor actuarial dos prémios futuros relativamente à apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos actuariais enquadrados no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efectuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projecção dos cashflows futuros associados aos contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

(ii) Provisão para prémios não adquiridos

De acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo decreto-lei

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

8-A/2002, de 11 de Janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro temporário anual renovável em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método “pro-rata temporis” por cada contrato em vigor.

(iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, exceptuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

(iv) Provisão para Participação nos Resultados

A provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros

ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

(iv) Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

(vi) Comissões de mediação

As comissões de mediação são a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respectivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, a Companhia adoptou a política do Grupo Ergo, e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

propriedades que se encontram afectas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efectuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adoptada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os factores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais factores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objecto de avaliação

independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Activos financeiros

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Activos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Activos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados. Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

Empréstimos concedidos e contas a receber. Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Aquisições e alienações de activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e de activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedçam às características de cada categoria. As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Activos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não procedeu à reclassificação de quaisquer activos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da imparidade nos activos disponíveis para venda, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no activo, deve ser sempre contabilizada daí em diante:

- I – Acções e Fundos de Acções cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;
- II – Acções e Fundos de Acções, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

- I – Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:
 - a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
 - b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;
- II – Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:
 - a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
 - b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros factores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objectivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fracção por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, a Norma nº16/2006-R vem, e no cumprimento da referida legislação, clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Activos Intangíveis

Os activos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição.

As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa nos 3 anos.

Activos Tangíveis

As imobilizações corpóreas são contabilizadas ao respectivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	12,5%
MÁQUINAS E FERRAMENTAS	12,5% A 25%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	25% E 33%
INSTALAÇÕES INTERIORES	10% A 16,66%

A avaliação efectuada para determinação da existência de imparidade nos activos tangíveis e intangíveis é efectuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do activo. Dependendo dos casos, o procedimento adoptado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco

de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Plano de contribuição definida

Para todos os colaboradores admitidos após 22 de Junho de 1995, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. efectua um conjunto de contribuições mensais que são registadas de acordo com a especialização dos exercícios.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Plano de benefício definido

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Colectivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no activo admitidos até 22 de Junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal a pagar em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por

velhice devidas aos trabalhadores no activo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do “unwinding” dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

Os ganhos e perdas actuariais diferidos determinados anualmente são reconhecidos em reservas.

O plano era financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo. Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios actuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas

de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras – como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações

financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no activo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

- I – Acções e Fundos de Acções cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;
- II – Acções e Fundos de Acções, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

- I – Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:
 - a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II – Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros factores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas,

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais.

As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV – GESTÃO DE RISCOS

Risco específico de Seguros

Em virtude do processo de alienação que se concretizou em 29 de Dezembro de 2011 e dos esforços inerentes ao mesmo, não foi possível o cálculo do indicador, Market Consistent Embedded Value, pelo que não foi possível medir alguns dos riscos, nomeadamente, o Risco Biométrico, o Impacto no Capital Próprio e o Risco de Investimento (Análise de Sensibilidades). Tratou-se de uma situação excepcional sendo que em 2012 será retomado o apuramento destes indicadores.

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos factores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarificação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros;

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

- De alterações nos riscos mais significativos como o risco biométrico (que inclui o risco de mortalidade, de longevidade e o risco de morbilidade), o risco de taxa de juro, o risco de descontinuidade, o risco de despesas e o risco de catástrofe.

O acompanhamento dos riscos associados aos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros é efectuado no âmbito do Sistema de Controlo Interno através do registo dos controlos que lhes estão associados e da sua monitorização. Esta monitorização é efectuada mediante a revisão periódica do desenho dos controlos implementados e de testes de eficácia no âmbito de auditorias internas.

Existe também uma base de dados onde são registados os eventos que tenham características de falhas.

Políticas de subscrição

As políticas de subscrição estão enquadradas dentro das directrizes globais de gestão da Companhia, nomeadamente em matéria de gestão do risco segurável sendo revistas conjuntamente com o Gabinete de Gestão de Riscos e Actuariado. Têm forçosamente em conta diversos indicadores estatísticos da carteira existente bem como os do mercado procurando adequar o preço praticado ao risco transferido.

Tarifação

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. procura adequar os prémios praticados ao risco segurável de forma a obter um

resultado positivo depois de deduzidos os custos com sinistros e com o capital. A adequabilidade do *pricing* é testada por ferramentas, quer *à priori* (Ex: Profit Testing) quer *à posteriori* (Ex: Market Consistent Embedded Value). Entre os vários factores influenciadores do preço destacam-se os custos estimados com sinistros e o timing em que os mesmos ocorrem, custos associados à sua comercialização, evolução do mercado de capitais, requisitos para cumprimento da margem de solvência, rentabilidade dos produtos e condições de oferta do mercado segurador para produtos equivalentes.

Provisionamento

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, excepto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias. A adequação destas provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual, através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test – LAT). Este teste é efectuado de acordo com as disposições do IFRS e permite verificar se existem provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor. A implementação de acções correctivas em resultado deste teste é imediatamente reconhecida e registada.

Resseguro

Numa óptica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. possui uma política de resseguro clara

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos.

As principais resseguradoras com quem a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro em 2011 foram a Munich Re e a Scor Global Life. Como membro

do International Group Program (IGP), a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. tem ainda um acordo de resseguro com o John Hancock (gestor do IGP).

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro resumidos no quadro seguinte:

RAMO	TIPO DE RESSEGURO	RETENÇÃO	LIMITE DE COBERTURA
Vida Individual	Surplus	150	1.150
Vida Grupo	Surplus	200	1.200
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Excess of Loss	600	7.800

Quadro 1 (valores em milhares de euros)

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro directo e de resseguro:

RAMO	PRÉMIOS 2011			PRÉMIOS 2010		
	SEGURO DIRECTO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LIQUIDO RESSEGURO	SEGURO DIRECTO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LIQUIDO RESSEGURO
Vida Individual	21.667	215	21.452	23.542	273	23.269
Vida Grupo	11.597	2.505	9.092	13.121	2.640	10.481
TOTAL	33.264	2.720	30.544	36.663	2.913	33.750

Quadro 2 (valores em milhares de euros)

Obs.: Estes valores não incluem contratos de Investimento classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Riscos Biométricos

O risco de longevidade decorre da incerteza quanto ao impacto nos valores da seguradora de um aumento na esperança de vida dos segurados, sendo este impacto mais relevante em seguros de rendas vitalícias.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade e tem impacto em seguros que garantem um

capital em caso de morte. Ainda de referir neste contexto o risco de invalidez, o qual está associado aos custos com sinistros provenientes das coberturas de invalidez.

Estes riscos têm comportamentos opostos pelo que o grau de exposição está dependente do tipo de contratos que constituem a carteira da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A..

PRODUTOS	CARACTERÍSTICAS	RISCOS
Seguros de Risco	Benefício em caso de morte Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Mistos	Benefício em caso de morte Benefício em caso de vida Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Rendas	Benefício em caso de vida	Aumento da longevidade Aumento da duração dos pagamentos
Invalidez	Benefício em caso de invalidez	Aumento das taxas de invalidez Crescimento dos custos com sinistros

Quadro 3

A carteira de Vida, essencialmente composta por seguros mistos e seguros de risco com uma forte componente de seguros complementares de invalidez, está por este motivo mais exposta aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A avaliação da exposição da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aos riscos biométricos é efectuada através da utilização de pressupostos de mortalidade baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Companhia e de dados de mercado. Este acompanhamento é efectuado com periodicidade anual.

A sensibilidade da carteira a este risco é medida através da projecção de *cash-flows* futuros utilizando o modelo interno de apuramento do *Market Consistent Embedded Value* (quadro 6).

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro está relacionado com a sensibilidade dos activos e passivos a alterações da estrutura a prazo das taxas de juro. Consiste, por um lado, no risco proveniente de alterações na taxa de juro, com impacto no desconto das provisões para benefícios futuros, e por outro lado, no risco da taxa de juro garantida, associado ao retorno dos activos relativamente aos compromissos de taxa de juro dos contratos.

Para monitorizar este risco, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. efectua com uma periodicidade anual o teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test – LAT), cujos valores referentes aos exercícios de 2011 e 2010 constam no quadro seguinte:

PRODUTOS	PROVISÃO ADICIONAL 2011	PROVISÃO ADICIONAL 2010
Mistos Individual	439	-
Temporários Individual	-	-
Mistos Grupo	184	15
Temporário Anual Renovável	-	-
Rendas	-	-
Financeiros	5.698	6.359
TOTAL	6.321	6.374

Quadro 5 (valores em milhares de euros)

O valor apurado foi contabilizado em provisão adicional para garantia de resgate (Euros 3.798.525) e em provisão para compromisso de taxa (Euros 2.523.105). Relativamente ao ano anterior verificou-se uma diminuição de Euros 159.963 na provisão adicional para garantia de resgate resultante do défice entre as taxas de rendibilidade e as taxas garantidas. A provisão para compromisso de taxa registou um aumento de Euros 107.635.

A sensibilidade da carteira a este risco é medida através da análise de vários cenários a alterações de variáveis de mercado, utilizando o modelo interno para apuramento do *Market Consistent Embedded Value* (quadro 6 e 9).

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à cessação do pagamento de prémios, à resolução das apólices ou à transferência de apólices para outras seguradoras. A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras. Para além da monitorização periódica, a sensibilidade da carteira a este risco é medida através do impacto no Market Consistent Embedded Value (*quadro 6*), decorrente de variações da taxa de resgate prevista (*best estimate*).

Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos da Companhia.

As despesas de exploração, possuem um peso bastante significativo no resultado de uma seguradora. Desta forma a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. possui uma estrutura de custos perfeitamente identificada a qual é tida em conta no pricing e provisionamento dos produtos.

Risco Catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade. Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advém de aumentos abruptos na mortalidade. Através da celebração

de tratados de resseguro, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. limita a sua exposição a este risco.

Medidas para mitigação do Risco específico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos é efectuada através de uma correcta tarificação e da aplicação de uma cuidada política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efectivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efectuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões. A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de protecção de retenção.

Impacto nos Ganhos e Perdas e no Capital Próprio

As provisões técnicas, bem como os custos de aquisição diferidos são regularmente testados numa base de IFRS 4, de forma a verificar a sua apropriação à realidade da carteira. Nas situações em que os testes demonstram pressupostos actuariais biométricos desajustados, factores de desconto das provisões ou taxas de resgate desalinhados com a realidade actual dos mercados, são realizados ajustes de forma a corrigir os desvios detectados. Os ajustes efectuados, em caso de défice são contabilizados como um custo no resultado.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Risco de Investimento

A gestão dos investimentos foi no decurso de 2011, efectuada através de mandatos celebrados com a empresa MEAG, pertencente ao grupo Munich Re, e acompanhada por uma equipa local composta por elementos das áreas financeira, técnica e actuarial, responsável pelo desenvolvimento anual da Estratégia de Activos e pelo ALM *Committee* responsável pela reconciliação das várias estratégias de investimento,

tendo em conta os compromissos assumidos pela VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. como resultado da estratégia adoptada. Estão também definidos processos de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de activos:

(UNIDADE: EUROS)

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS DECORRIDOS
2 – OUTROS TÍTULOS					
2.1 – Nacionais					
2.1.1 – Títulos de rendimento fixo					
2.1.1.1 – De dívida pública	-	1.800.000	1.820.820	1.289.500	43.392
2.1.1.2 – De outros emissores públicos					
2.1.1.3 – De outros emissores	-	6.501.222	6.481.548	4.541.455	163.244
SUB-TOTAL	-	8.301.222	8.302.368	5.830.955	206.636
2.1.2 – Títulos de rendimento variável					
2.1.2.1 – Acções	455.654	-	191.375	191.375	-
2.1.2.2 – Títulos de participação	-	-	-	-	-
2.1.2.3 – Unidades de participação em fundos de investimento	683.800	-	2.587.168	2.873.190	-
2.1.2.4 – Outros	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL	1.139.454	-	2.778.543	3.064.565	-
TOTAL	1.139.454	8.301.222	11.080.911	8.895.520	206.636

(CONT.)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS DECORRIDOS
2.2 – Estrangeiros					
2.2.1 – Títulos de rendimento fixo					
2.2.1.1 – De dívida pública	-	93.345.000	94.582.587	94.863.154	1.827.672
2.2.1.2 – De outros emissores públicos	-	56.750.000	57.318.732	57.784.516	459.534
2.2.1.3 – De outros emissores	-	89.950.000	89.836.697	90.709.895	991.885
SUB-TOTAL	-	240.045.000	241.738.016	243.357.565	3.279.091
2.2.2 – Títulos de rendimento variável					
2.2.2.1 – Acções					
2.2.2.1 – Acções	-	-	-	-	-
2.2.2.2 – Títulos de participação					
2.2.2.2 – Títulos de participação	-	-	-	-	-
2.2.2.3 – Unidades de participação em fundos de investimento					
2.2.2.3 – Unidades de participação em fundos de investimento	25.716	-	1.587.953	1.626.323	-
2.2.2.4 – Outros					
SUB-TOTAL	25.716	-	1.587.953	1.626.323	-
TOTAL	25.716	240.045.000	243.325.969	244.983.888	3.279.091
3 – TOTAL GERAL	1.165.170	248.346.222	254.406.880	253.879.408	3.485.727

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os *ratings*:

	(UNIDADE:EUROS)	
RATING MÉDIO	2011	2010
AAA	128.340.332	116.597.971
AA	102.496.530	98.248.992
A	2.460.257	40.836.650
BBB	4.704.699	2.610.346
BB	4.990.477	1.932.822
NR	10.601.761	5.628.673
CC	810.158	-
Instrumentos Representativos de Capital	4.690.888	6.012.678
TOTAL	259.095.102	271.868.132

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos activos financeiros:

	(UNIDADE:EUROS)	
MATURIDADES	2011	2010
1 a 2 anos	105.681.399	146.529.349
3 a 5 anos	63.895.236	54.624.145
6 a 10 anos	61.320.065	59.559.097
> 10 anos	23.507.514	5.142.863
Instrumentos Representativos de Capital	4.690.888	6.012.678
TOTAL GERAL	259.095.102	271.868.132

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os sectores de actividade:

	(UNIDADE:EUROS)	
SECTORES	2011	2010
ABS	-	2.150.916
Dívida Soberana	147.425.010	151.152.834
Financeiro	106.979.204	113.236.401
Fundo Acções	375.187	394.459
Fundo Imobiliário	4.302.258	4.472.256
Fundo Obrigações	13.443	203.090
Fundos Monetário	-	27.721
Outros Fundos	-	14.110
Tecnológico	-	-
Instrumentos Derivados	-	216.345
TOTAL GERAL	259.095.102	271.868.132

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países

da União Europeia em situação de bailout, é apresentada em seguida:

(UNIDADE: EUROS)

31 DE DEZEMBRO DE 2011						
EMITENTE/CARTEIRA	VALOR CONTABILÍSTICO	JUSTO VALOR	RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA	MATURIDADE MÉDIA (ANOS)	NÍVEL DE VALORIZAÇÃO
Activos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	1.821.628	1.289.500	(532.198)	4%	6	99
Grécia	763.880	763.880	-	4%	1	39
Irlanda	3.046.788	2.633.465	(413.323)	5%	4	103
	5.632.366	4.686.845	(945.521)	4%	4	93

31 DE DEZEMBRO DE 2010						
EMITENTE/CARTEIRA	VALOR CONTABILÍSTICO	JUSTO VALOR	RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA	MATURIDADE MÉDIA (ANOS)	NÍVEL DE VALORIZAÇÃO
Activos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	4.205.691	4.062.005	(143.686)	4%	7	99
Grécia	2.154.629	1.883.108	(271.521)	4%	2	102
Irlanda	3.066.762	2.515.170	(551.592)	5%	5	104
	9.427.082	8.460.283	(966.799)	4%	5	101

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Para o apuramento do justo valor dos activos mobiliários, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. adoptou dois critérios distintos. No que diz respeito aos activos mobiliários de rendimento fixo, o valor justo foi apurado através da oferta de mercado divulgada pelo sistema Bloomberg.

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de Mercado

O risco de mercado resulta da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das acções.

O risco de mercado encontra-se estritamente relacionado com o risco de *mismatching* entre os activos e os passivos. De facto tendo em conta a natureza do negócio vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, é bastante importante que os activos afectos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transacções financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, co-seguradoras e resseguradoras.

O risco de crédito na VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. é essencialmente relevante no que concerne às suas transacções financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos activos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transacções financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade. Em 2010 as principais resseguradoras com as quais a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. celebrou tratados de resseguro tinham uma notação de *rating* AA--e A segundo a Standard&Poor's.

Em 2011 a crise de Dívida Soberana dos países europeus denominados periféricos agravou-se. O alargamento dos spreads de Dívida Pública manteve uma tendência crescente e obrigou Portugal a recorrer ao programa de apoio da União Europeia e FMI destinado a ajudar os países europeus com dificuldades de financiamento. A qualidade da carteira de crédito é excelente, uma vez que 89,1% da carteira possui notação de crédito igual ou superior a AA. A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 29,1 milhões de euros (11,5% da carteira de investimentos) com a seguinte distribuição: Itália: 6,8%; Espanha: 2,8%; Portugal: 0,5%; Irlanda: 1,1%; Grécia: 0,3%;

A situação na Grécia agravou-se particularmente, obrigando o país a iniciar negociações para um segundo plano de resgate que inclui com opção um perdão parcial da dívida existente

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

por parte dos investidores internacionais. Desta forma, a VICTORIA à luz da sua política de registo de imparidade, reconheceu na sua conta de resultados o impacto da avaliação a preços de mercado dos títulos emitidos pela Grécia. No final do ano 2011 a exposição da VICTORIA à República Grega corresponde a um montante nominal de 2 milhões de euros e com um valor de mercado de 1,1 milhões de euros.

A imparidade registada em 2011 foi de 1,3 milhões de euros.

Em 2011 as principais resseguradoras com as quais a VICTORIA celebrou tratados de resseguro tinham uma notação de *rating* AA-, AA e A segundo a Standard&Poor's.

Risco *spread* e Risco de Liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a actividade seguradora pode afectar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros activos.

A gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos.

De acordo com os *cash-flows* operacionais estimados 2012 a companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 26 milhões de euros. Os activos financeiros existentes no final de 2011, quer através de amortizações de títulos e quer através do pagamento de juros deverão gerar um fluxo de caixa

superior a 70 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 44 milhões de euros.

Análise ALM para *Cash-Flows* em 2012

CASH FLOW DO	
Amortizações	62.925.486
Juros	7.625.571
TOTAL	70.551.057
CASH FLOW DO	
Prémios (negócio existente)	21.706.494
Reembolsos	(42.406.901)
Outros CF negativos	(5.516.102)
TOTAL	(26.216.509)
MISMATCH CASH-FLOWS ACTIVO/	44.334.548

No que se refere à estratégia de investimento, o ano de 2011 voltou a demonstrar que o risco de liquidez está intimamente ligado ao risco de crédito e que em momentos de maior volatilidade apenas os mercados de activos de baixo risco continuam a transaccionar com níveis aceitáveis de liquidez.

Em 2011, a gestão de tesouraria foi otimizada, o que levou a uma redução nos montantes aplicados em Depósitos à Ordem e a Prazo. Assim face a 2010, este valor desceu de 19,4

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

para 3,1 milhões de euros. Esta optimização, através de uma alocação adequada da carteira de investimentos, garante que as necessidades operacionais de liquidez da companhia podem em qualquer momento ser satisfeitas. O investimento em títulos de Dívida Pública manteve-se em níveis elevados (98,0 milhões de euros, representando 38% da carteira de investimento). Destaca-se ainda que cerca de 59% destes títulos correspondem a países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria e França).

É de referir ainda, que num contexto de deterioração acentuada das notações de *rating*, aproximadamente 50% da carteira de investimento possui a mais alta notação de *rating* (AAA), face a 35% em 2010.

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efectuada através de uma correcta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré definidos, permite à VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detectado.

Os indicadores referidos foram monitorizados diariamente ao nível da Companhia e quinzenalmente ao nível do grupo ERGO. Estão implementados os seguintes indicadores:

- “*Net loss limit*”: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados

com base nos objectivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.

- “*Risk-based capital*”: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos activos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso. Este indicador apresentava, no final de 2011, um valor de 14,89 milhões de euros o que significa que a estratégia de investimentos implementada era compatível com a solidez financeira da empresa. Com base na alocação de activos existente e a solvência disponível, este indicador tem um valor mínimo de 14,49.
- “*Credit risk*”: este indicador está associado ao risco de default da contra-parte, bem como ao risco associado à volatilidade dos preços proveniente da oscilação dos mercados financeiros. Este risco é avaliado através da medida de risco “Credit Value at Risk” (CVaR) e notações de *rating*. O indicador apresentava no encerramento do ano uma perda máxima potencial de 4,3 milhões de euros dentro do intervalo de confiança, o que representa uma desvalorização de 1,5% da carteira de investimentos.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Impacto nos ganhos e perdas e no capital próprio

A solvência da Companhia é influenciada pelo valor dos activos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efectuada através de um teste de limite (stress test) para cada classe de activos separadamente.

Sensibilidade a variações nas Taxas de Juro:

A carteira de obrigações da VICTORIA tem uma Duração Modificada Média de 2,61% e representa cerca de 88% do valor da carteira total. Atendendo a que o Excesso de Solvência era a 31 de Dezembro de 2011 de Euros 7.686.928, a VICTORIA teria uma capacidade para acomodar uma subida de 118,18 pontos base nas taxas de juro⁽¹⁾ e conseqüente impacto no valor dos capitais próprios.

Esta subida nas taxas de juro levaria adicionalmente a uma descida no Resultado do Exercício de Euros 191.115, por via do reconhecimento das valias potenciais nas carteiras contabilizadas pelo critério do justo valor⁽²⁾.

⁽¹⁾ Pressupõe-se uma subida das taxas de juro em todos os prazos da curva de rendimento

⁽²⁾ Carteiras de Produtos Unit-Linked.

⁽³⁾ Nas carteiras Unit-Linked os activos são avaliados ao justo valor, havendo reconhecimento no resultado do exercício das valias

Sensibilidade a variações no Valor dos Activos Imobiliários:

A VICTORIA detinha a 31 de Dezembro de 2011 uma exposição a esta classe de activos de aproximadamente 11%. Considerando mais uma vez que o Excesso de Solvência era no final do ano de Euros 7.686.928, os activos imobiliários poderiam sofrer uma desvalorização máxima de 23,8% para manter a Margem de Solvência positiva.

Sensibilidade a variações no Valor de outros Activos de Risco (Acções e Derivados)

O peso do investimento da VICTORIA no mercado accionista era inferior a 1% no final do exercício (0,13%). Desta forma, a companhia possuía capacidade para acomodar uma desvalorização total do valor destes activos. Neste cenário o Resultado do Exercício sofreria uma redução de Euros 375.187⁽³⁾ e o excesso de solvência desceria de Euros 7.686.928 para Euros 7.311.741.

Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 1,58 (2010: 1,43).

Risco Operacional

O risco operacional está associado às perdas que resultam do desempenho da actividade diária da empresa de seguros. Para efeito da análise e monitorização, o risco operacional

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

pode ser dividido em duas categorias: risco de evento e risco de negócio.

O **risco de evento** está associado às perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Inclui também o risco de *compliance*.

A mitigação do risco de evento é efectuada através da definição de processos e de controlos de gestão. Neste sentido a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. procedeu ao levantamento dos processos internos mais relevantes e à identificação dos controlos que lhe estão associados. Esta informação, que se encontra devidamente registada numa base de dados é monitorizada através de acções periódicas efectuadas pela área de controlo interno e pela auditoria interna. A classificação do risco operacional residual de acordo com a sua frequência e severidade é efectuada numa base anual e permite à VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. identificar quais os processos que requerem maior acompanhamento.

No âmbito da gestão do risco operacional foi relançado o processo de implementação do sistema de recolha de informação sobre riscos operacionais – Registo de Perdas, através de uma acção de reciclagem da formação *e-learning* a todos os colaboradores da empresa.

O **risco de negócio** está associado ao risco de perda devido a mudanças no ambiente estrutural e/ou competitivo.

O acompanhamento deste risco, de natureza essencialmente externa, é efectuado trimestralmente através da análise de uma matriz de riscos e reportado à administração.

Assumem, também, especial relevo neste modelo de gestão do risco operacional o acompanhamento de situações de fraude e branqueamento de capitais. Neste sentido, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos em 2008 para acompanhamento de situações de fraude, foi criado o comité Anti-fraude para promover a gestão e desenvolvimento da Política Anti-Fraude a implementar no âmbito do Sistema de Controlo Interno existente nas áreas operacionais. Foi igualmente implementado um registo de ocorrências de suspeitas de fraude. Relativamente ao acompanhamento de situações de Branqueamento de Capitais, foi implementado um sistema de participações de situações que, pela natureza, montante ou características, possam indicar a aplicação de valores provenientes de actividades ilícitas.

Risco de Compliance

O Risco de *Compliance* é definido como o risco da aplicação de sanções, de perdas financeiras ou de dano à reputação da empresa, em consequência de falhas no cumprimento de leis, regulamentos e decisões administrativas. Em 2009 foram instituídos os mecanismos de carácter executivo da função *Compliance* no contexto do grupo ERGO e em consonância com os novos procedimentos de Governação Interna de VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. Para acompanhamento

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

deste risco, foram estabelecidos procedimentos relativos à implementação de legislação e normativo. Esta temática foi ainda divulgada a todos os colaboradores através de acções de formação *e-learning*.

No âmbito do acompanhamento deste risco é elaborado o *Annual Compliance Report* que constitui uma análise da exposição da companhia a cada uma das fontes de risco de *compliance* anteriormente enunciadas. O *Annual Compliance Report* de 2011 (realizado no âmbito do report ao grupo), não identificou quaisquer casos de violação do Código de Conduta, ou de disposições laborais.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	2011	2010
CAIXA E EQUIVALENTES	6.995	6.954
DEPÓSITOS À ORDEM	4.489.477	12.650.336
	4.496.472	12.657.290

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efectuadas directamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem encontram-se reflectidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de Euros 2.202.477 (2010: Euros 16.380). A existência destes saldos deve-se ao facto da Companhia ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de amortização são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efectuadas.

Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor de mercado.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

(UNIDADE: EUROS)

EDIFÍCIO	ÚLTIMA AVALIAÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	VARIAÇÃO JUSTO VALOR	VIDA ÚTIL
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2009	269.410	266.000	(1.400)	90
R. Gonçalo Cristóvão 13,1º Dto – Porto	2009	152.931	244.000	10.980	70
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 – Aveiro	2009	288.999	320.000	14.400	55
Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu	2009	389.122	368.000	62.400	58
Av. da Liberdade 200 – Lisboa	2009	25.769.867	26.110.392	1.108.010	100
Av. D João II 46 A e B – Setúbal	2009	331.976	371.800	49.010	64
Av. Bernardo Santarém, 37B – Santarém	2009	362.297	410.000	18.450	100
TOTAL		27.564.602	28.090.192	1.261.850	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(UNIDADE: EUROS)

TERRENOS E EDIFÍCIOS	SALDO INICIAL						SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZ. ACUM.	AQUISIÇÕES/ TRANSFERÊNCIA	REAVALIAÇÕES	ALIENAÇÕES/ TRANSFERÊNCIA	AMORTIZAÇÕES	
USO PRÓPRIO							
Terrenos	754.750	-	-	-	-	-	754.750
Edifícios	1.225.050	(16.976)	-	-	-	(16.976)	1.191.098
SUB-TOTAL	1.979.800	(16.976)	-	-	-	(16.976)	1.945.848
RENDIMENTO							
Terrenos	9.791.397	-	-	-	-	-	9.791.397
Edifícios	16.318.995	-	-	-	-	-	16.318.995
SUB-TOTAL	26.110.392	-	-	-	-	-	26.110.392
TOTAL	28.090.192	(16.976)	-	-	-	(16.976)	28.056.240

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efectuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. O valor final resultou da ponderação entre os valores obtidos através do modelo de avaliação de rendimento e do modelo

dos comparáveis de mercado. Anualmente são efectuados testes de imparidade.

NOTA 3 – Activos financeiros detidos para negociação

(UNIDADE: EUROS)

	2011		2010	
	JUSTO VALOR	VALOR NOCIONAL	JUSTO VALOR	VALOR NOCIONAL
Derivados – Swaptions	-	-	216.345	5.400.000

Os activos financeiros detidos para negociação encontravam-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'. Em 2011 foram fechadas todas as posições em produtos derivados.

NOTA 4 – Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2011			2010		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	VALIAS NÃO REALIZADAS	VALOR DE BALANÇO	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	VALIAS NÃO REALIZADAS	VALOR DE BALANÇO
Instrumentos de capital e Unidade de Participação	2.421.586	(180.995)	2.240.591	2.472.358	(763)	2.471.595
Títulos de Dívida	65.010.094	(165.130)	64.844.964	71.563.036	(63.446)	71.499.590
Dívida Pública	1.912.856	23.783	1.936.639	13.385.929	(38.918)	13.347.011
De Outros Em. Públicos	34.748.957	(33.704)	34.715.253	28.094.655	(12.971)	28.081.684
De Outros Emissores	28.173.391	(155.209)	28.018.182	29.965.861	(11.557)	29.954.304
Juros a receber	174.890	-	174.890	116.591	-	116.591
TOTAL	67.431.680	(346.125)	67.085.555	74.035.394	(64.209)	73.971.185

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Em 31 de Dezembro de 2011 os activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’ (nível 1 de acordo com o IFRS 7).

NOTA 5 – Activos financeiros disponíveis para venda

A carteira de activos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(UNIDADE:EUROS)

	2011			2010				
	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	IMPARIDADE	RESERVAS DE JUSTO VALOR	VALOR DE BALANÇO	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	IMPARIDADE	RESERVAS DE JUSTO VALOR	VALOR DE BALANÇO
Instrumentos de capital e Unid. Participação	2.997.967	(690.559)	142.889	2.450.297	3.312.968	(342.403)	354.172	3.324.737
Títulos de Dívida	189.833.356	(1.263.662)	(740.411)	187.829.283	182.172.125	-	(273.550)	181.898.575
Dívida Pública	95.740.042	(1.263.662)	(260.365)	94.216.015	77.530.537	-	(564.876)	76.965.661
De Outros Emissores Públicos	18.631.708	-	427.956	19.059.664	20.864.054	-	316.778	21.180.832
De Outros Emissores	72.150.769	-	(908.002)	71.242.767	80.805.398	-	(25.452)	80.779.946
Juros a receber	3.310.837	-	-	3.310.837	2.972.136	-	-	2.972.136
TOTAL	192.831.323	(1.954.221)	(597.522)	190.279.580	185.485.093	(342.403)	80.622	185.223.312

Dos quais:

(UNIDADE:EUROS)

	2011	2010
Nível 1	190.088.205	184.322.270
Nível 2	191.375	901.042
	190.279.580	185.223.312

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica é analisada do seguinte modo:

(UNIDADE: EUROS)

	2011	2010
Outros depósitos – Depósitos a prazo	927.406	6.827.406
Juros a receber	1.428	1.211
Empréstimos concedidos	801.133	5.628.673
Empréstimos sobre apólices	801.133	1.128.673
Outros empréstimos	-	4.500.000
TOTAL	1.729.967	12.457.290

Os Outros empréstimos, no montante de Euros 4.500.000, que foram concedidos no âmbito de um programa do ERGO Internacional à entidade Marina Salud, foram liquidados

no final de 2011 em resultado da alteração da estrutura accionista.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

NOTA 7 – Afecção Dos Investimentos

A 31 de Dezembro de 2011 os investimentos, encontram-se afectos da seguinte forma:

(UNIDADE: EUROS)

	2011				
	SEGUROS DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA SEM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA CLASSIFICADOS COM CONTRATO DE INVESTIMENTO	NÃO AFECTOS	TOTAL
Caixa e equivalentes	1.836.028	1.986.464	673.980	-	4.496.472
Terrenos e Edifícios	26.482.192	-	-	1.608.000	28.090.192
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	67.085.555	-	67.085.555
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	-	-	2.240.591	-	2.240.591
Títulos de Dívida	-	-	64.844.964	-	64.844.964
Activos disponíveis para venda	154.484.703	26.697.863	-	9.097.014	190.279.580
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	2.248.418	81.313	-	120.566	2.450.297
Títulos de Dívida	152.236.285	26.616.550	-	8.976.448	187.829.283
Empréstimos concedidos e contas a receber	780.791	-	-	949.176	1.729.967
Depósitos a Prazo	-	-	-	928.834	928.834
Empréstimos concedidos	780.791	-	-	20.342	801.133
TOTAL	183.583.714	28.684.327	67.759.535	11.654.190	291.681.766

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

NOTA 8 – Outros activos tangíveis e inventários

Os Outros activos tangíveis são analisados como segue:

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	SALDO INICIAL		DEPRECIÇÕES DO EXERCÍCIO				SALDO FINAL
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	
EQUIPAMENTO							
Equipamento administrativo	2.008.059	(1.858.521)	103	(16.425)	(48.002)	16.425	101.639
Máquinas e ferramentas	240.828	(192.582)	-	-	(14.173)	-	34.073
Equipamento informático	734.004	(662.145)	15.286	(2.909)	(50.294)	2.395	36.337
Instalações interiores	531.215	(438.364)	39.589	-	(20.176)	-	112.264
Outro Equipamento	1.045.787	(899.011)	-	-	(31.722)	-	115.054
Sub-Total	4.559.893	(4.050.623)	54.978	(19.334)	(164.367)	18.820	399.367
Património Artístico	46.487	-	-	-	-	-	46.487
TOTAL	4.606.380	(4.050.623)	54.978	(19.334)	(164.367)	18.820	445.854

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

NOTA 9 – Outros activos intangíveis

A análise é efectuada através do seguinte quadro:

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	SALDO INICIAL		AQUISIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES				
Despesas Aplicações Informáticas	4.508.965	(4.120.278)	86.592	84.791	(259.682)	300.388
Activos intangíveis em curso	281.726	-	195.763	(84.791)	-	392.698
Outros	34.916	(34.916)	-	-	-	-
TOTAL	4.825.607	(4.155.194)	282.355	-	(259.682)	693.086

NOTA 10 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

	(UNIDADE: EUROS)	
	2011	2010
Tomadores de seguros	884.637	1.346.310
Mediadores de seguros	596.908	437.307
Resseguradores	385.879	465.766
Sub-total	1.867.424	2.249.383
Imparidade	(135.649)	(183.002)
Sub-total	1.731.775	2.066.381
Outros devedores	1.786.658	1.175.531
Imparidade	(221.575)	(221.575)
Sub-total	1.565.083	953.956
TOTAL	3.296.858	3.020.337

Em Outros devedores encontra-se incluído o saldo com a Victoria Internacional de Portugal, S.G.P.S. no montante de Euros 417.943 (2010: Euros 285.564) e com a Victoria – Seguros, S.A. no montante de Euros 128.859.

O montante registado em imparidade na rubrica Devedores por operações de seguro directo, diz respeito a contratos de seguros com prémios em atraso com mais de 3 meses no montante de Euros 235.679 (2010: Euros 362.065).

NOTA 11 – Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da Companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Como Benefícios pós-emprego, e em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) para a actividade seguradora, a Companhia assume a responsabilidade por pensões complementares de reforma.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade (“settlement”) durante o ano de 2012.

Considerando que os desvios estão reconhecidos em reservas, a Companhia não irá ter qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efectiva do plano.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

Os activos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2011 e 2010 são como segue:

	2011	2010
Benefícios de pós emprego	945.920	814.256
Outros Benefícios de longo prazo	(131.367)	(110.728)
	814.553	703.528

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 32.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Este plano aplica-se mas seguintes modalidades:

- Para os colaboradores a tempo completo ou parcial que façam parte do quadro permanente dos Associados, admitidos na actividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e que tenham aderido ao plano. A adesão ao plano implica a realização de uma contribuição mínima mensal de 0,5% do salário efectivo mensal líquido. As contribuições mensais efectuadas pelos Associados são as constantes no quadro a seguir indicado:

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

TEMPO DE SERVIÇO	PERCENTAGEM DE CONTRIBUIÇÃO
< 10 anos	1%
>= 10 anos e < 20 anos	1,5%
>= 20 anos	2%

Encontram-se abrangidos pelo plano de contribuição definida 2 participantes (5 em 2010).

Os benefícios são pagos através de seguros adquiridos pelo Fundo. O veículo de financiamento utilizado para financiar o plano de contribuição definida é o Fundo de Pensões VICTORIA.

A taxa de rendibilidade efectiva dos activos do plano foi de 0,79% em 2011 (2010:-1,27%) e, em 31 de Dezembro de 2011, o justo valor dos activos ascendia a Euros 5.906 (2010: Euros 5.396).

- Para os colaboradores dos Associados na situação de activos, admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011.

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2011, são como segue:

Por força do novo CCT, e uma vez que as responsabilidades por serviços passados se encontram totalmente financiadas, a

	2011
Responsabilidades por benefícios	303.295
Justo valor dos activos do fundo	1.177.241
ACTIVOS/(RESPONSABILIDADES) LÍQUIDAS EM BALANÇO	873.946

companhia irá solicitar junto do ISP autorização para proceder ao reembolso do excesso de financiamento.

Plano de Benefício Definido

Este plano aplica-se a todos os colaboradores dos Associados, quer na situação de activos ou reformados, admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995, e é independente das pensões atribuídas pela Segurança Social. Os benefícios a financiar dizem respeito aos complementos de reforma por invalidez e velhice, previstos no Capítulo V do CCT da Actividade Seguradora. Não existem direitos adquiridos. A partir de 2009 a actualização das pensões passou a ser financiada pelo Fundo e o pagamento dos benefícios será efectuado directamente pelo Fundo. As alterações encontram-se em fase de aprovação pelo ISP.

A Companhia optou por reconhecimento total e imediato dos ganhos e perdas actuariais por reservas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

(UNIDADE:EUROS)

	NÚMERO	MASSA SALARIAL ANUAL	SALÁRIO MÉDIO ANUAL	IDADE MÉDIA	ANTIGUIDADE MÉDIA ELEGÍVEL
Participantes com idade inferior à idade normal de reforma por velhice	55	1.714.946 €	33.626€	49	23
Participantes com idade igual ou superior à idade normal de reforma por velhice	-	-			

	NÚMERO	PENSÃO ANUAL	PENSÃO MÉDIA ANUAL	IDADE MÉDIA
Beneficiários	2	2.783 €	1.392 €	65

O número de participantes diminuiu de 58 para 55, devido, essencialmente, a saídas no âmbito de rescisões de contrato. Esta situação tem reflexo ao nível dos rácios de financiamento das responsabilidades, em que o rácio do valor actual das responsabilidades por serviços passados é de 369% (em 2010: 316%).

O veículo de financiamento utilizado para financiar o plano de benefício definido é o Fundo de Pensões VICTORIA. A taxa de rentabilidade efectiva dos activos do plano foi de 0,79% em 2011 (2010: -1.27%).

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2011 e 2010, são como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2011			2010		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Responsabilidades por benefícios	57.711	1.028.855	1.086.566	415.948	1.114.545	1.530.493
Justo valor dos activos do fundo	57.711	969.462	1.027.173	1.230.204	1.003.817	2.234.021
ACTIVOS/(RESPONSABILIDADES) LÍQUIDAS EM BALANÇO	-	(59.393)	(59.393)	814.256	(110.728)	703.528

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

(UNIDADE: EUROS)

	2011			2010		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Valor actual da responsabilidade em 1 de Janeiro	415.948	1.114.545	1.530.493	684.825	1.045.913	1.730.738
Custo do serviço corrente	13.719	33.883	47.602	14.773	4.786	19.559
Custo de juros	19.757	20.375	40.132	34.241	52.296	86.537
(Ganhos) e perdas actuariais	(75.908)	(93.785)	(169.393)	(233.467)	11.550	(221.917)
Benefícios passados não reconhecidos	-	(17.376)	(17.376)	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	(9.727)	-	(9.727)	(82.270)	-	(82.270)
Benefícios pagos	(2.783)	(28.787)	(31.570)	(2.154)	-	(2.154)
Redução por alteração do CCT	(303.295)	-	(303.295)	-	-	-
VALOR ACTUAL DA RESPONSABILIDADE EM 31 DE DEZEMBRO	57.711	1.028.855	1.086.566	415.948	1.114.545	1.530.493

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A e da ALICO. A responsabilidade ascende a Euros 343.986 (2010: Euros 469.813).

A variação dos activos do plano de benefício definido em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como se segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2011			2010		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Activos do plano em 1 de Janeiro	1.230.204	1.003.817	2.234.021	1.248.804	935.619	2.184.423
Retorno esperado dos activos	12.388	70	12.458	15.610	11.696	27.306
Ganhos e (perdas) actuariais	(4.857)	(5.638)	(10.495)	(32.056)	(28.290)	(60.346)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	84.792	84.792
Benefícios pagos	(2.783)	(28.787)	(31.570)	(2.154)	-	(2.154)
Redução por alteração do Plano-CCT	(1.177.241)	-	(1.177.241)	-	-	-
ACTIVOS DO PLANO EM 31 DE DEZEMBRO	57.711	969.462	1.027.173	1.230.204	1.003.817	2.234.021

Os outros activos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2011			2010		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Custo do serviço corrente	13.719	33.883	47.602	14.773	4.786	19.559
Custo de juros	19.757	20.375	40.132	34.241	52.296	86.537
Retorno esperado dos activos	(12.388)	(70)	(12.458)	(15.610)	(11.696)	(27.306)
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	(9.727)	-	(9.727)	(82.270)	-	(82.270)
Ganhos e perdas actuariais	-	(17.376)	(17.376)	-	(10.242)	(10.242)
TOTAL DO CUSTO DO ANO	11.361	36.812	48.173	(48.866)	35.144	(13.722)

O justo valor dos activos que constituem o plano em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

(UNIDADE: EUROS)
2010

		2011		2010
Fundos de Investimento Imobiliários	2,45%	30.227	3,77%	46.426
Fundos de Investimento em Acções	1,36%	16.756	5,62%	69.103
Acções	-	-	-	-
Fundos de Investimento em Obrigações	12,47%	153.989	2,65%	32.639
Obrigações de Taxa Variável	5,68%	70.148	50,79%	624.840
Obrigações de Taxa Fixa	74,65%	921.875	31,61%	388.846
Mercado Monetário	3,40%	41.957	5,56%	68.350
TOTAL	100,00%	1.234.952	100,00%	1.230.204

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

O retorno real dos activos do Fundo de Pensões da Victoria foi de Euros 7.533.

Os ganhos e perdas actuariais em 2011 e 2010, são analisados como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2011			2010		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 1 de Janeiro	632.624	(135.528)	497.096	431.214	(85.446)	345.768
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	75.908	93.785	169.693	233.467	(21.792)	211.675
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	(4.857)	(5.638)	(10.495)	(32.057)	(28.290)	(60.347)
Redução por alteração do CCT	(696.235)	-	(696.235)	-	-	-
DESVIOS RECONHECIDOS NAS RESERVAS EM 31 DE DEZEMBRO	7.439	(47.380)	(39.941)	632.624	(135.528)	497.096

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de resultados transitados.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Para efeitos da determinação do valor actual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2011	2010
a) Tábuas de mortalidade		
→ Tábua de mortalidade período anterior à reforma	TV 88/90	TV 88/90
→ Tábua de mortalidade período posterior à reforma	TV 88/90	TV 88/90
b) Tábua de invalidez (aplicada à população activa)	1978-SOATrans. Male	1978-SOATrans. Male
c) Decrementos utilizados no cálculo da probabilidade dos participantes se encontrarem no activo à idade de reforma por velhice	Nada a mencionar	Nada a mencionar
d) Idade de reforma por velhice		
→ Activos (excepto um colaborador da VICTORIA -Seguros com reforma diferida)	65 anos	65 anos
→ Colaborador da VICTORIA -Seguros com reforma diferida	62 anos	62 anos
e) Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
f) Taxa de desconto anual		
→ Período até à idade de reforma	5%	4,75%
→ Período após a idade de reforma	5%	4,75%
g) Taxas anuais de		
→ Crescimento salarial	2%	2%
→ Crescimento salarial para determinação da pensão dedutível	2%	2%
→ Crescimento das pensões	1%	1%
→ Crescimento das prestações de pré-reforma	Nada a mencionar	Nada a mencionar
h) Probabilidade de pré-reforma	0%	0%
i) Encargos rendas vitalícias	0%	0%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

A contribuição recomendada para a Associada VICTORIA – Seguros de Vida, S.A para o financiamento das responsabilidades do plano de pensões decorrente da avaliação actuarial é de Euros 13.720 e tem uma periodicidade anual.

A evolução das responsabilidades e dos activos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2011	2010	2009	2008	2007
Responsabilidades por benefícios	1.086.566	1.530.493	1.730.738	1.748.183	1.382.761
Justo valor dos activos do fundo	1.027.173	2.234.021	2.184.423	1.788.915	1.730.421
ACTIVOS/(RESPONSABILIDADES) LÍQUIDAS EM BALANÇO	(59.393)	703.528	453.685	40.732	347.660

NOTA 12 – Activos e Passivos por impostos

A rubrica de Activos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar

ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

(UNIDADE: EUROS)

	ACTIVOS		PASSIVOS		LÍQUIDO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Investimentos Financeiros	304.050	423.576	61.990	255.478	242.060	168.098
Benefícios a empregados	34.812	29.058	23.462	46.924	11.350	(17.866)
Provisões	311.099	352.816	-	-	311.099	352.816
Imóveis	98.107	127.293	71.284	114.417	26.823	12.876
Prejuízos Fiscais	212.217	303.973	-	-	212.217	303.973
IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS / (PASSIVOS)	960.285	1.236.716	156.736	416.819	803.549	819.897

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2011			2010		
	RECONHECIDO RESULTADOS	RECONHECIDO NAS RESERVAS	TOTAL	RECONHECIDO RESULTADOS	RECONHECIDO NAS RESERVAS	TOTAL
Investimentos Financeiros	154.470	(80.508)	73.962	90.128	(187.881)	(97.753)
Benefícios a empregados	29.216	-	29.216	23.469	-	23.469
Provisões	(41.717)	-	(41.717)	(457)	-	(457)
Imóveis	(29.186)	43.133	13.947	(111.337)	43.134	(68.203)
Prejuízos fiscais	(91.756)	-	(91.756)	303.973	-	303.973
IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS / (PASSIVOS)	21.027	(37.375)	(16.348)	305.776	(144.747)	161.029

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMABTP, foi apresentado um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais para efeitos de reporte subsequente.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	2011	2010
Imposto corrente	(196.407)	(931.447)
Imposto diferido	21.027	305.776
IMPOSTO EXERCÍCIO	(175.380)	(625.671)

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

	2011	2010	VARIAÇÃO
IMPOSTO CORRENTE	(312.117)	(477.090)	164.973
Investimentos financeiros	(52.999)	146.422	(199.421)
Imóveis	(259.118)	(623.512)	364.394
IMPOSTO DIFERIDO	140.722	178.097	(37.375)
Investimentos financeiros	212.006	292.514	(80.508)
Imóveis	(71.284)	(114.417)	43.133
TOTAL IMPOSTO RECONHECIDO RESERVAS	(171.395)	(298.993)	127.598

A reconciliação da taxa efectiva de impostos é analisada como segue:

	2011	2010
RESULTADO ANTES IMPOSTO	599.974	1.767.048
Taxa de imposto	26,5%	26,50%
Imposto calculado com base na taxa de imp.	(158.993)	(468.268)
Custos não aceites		
Provisões	-	(5.567)
Imparidade	(92.261)	-
Impostos	(16.868)	-
Outros	(2.415)	(193.522)
Benefícios fiscais e Outras Correções		
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46	3.876	1.192
Excesso de estimativa	-	-
Outros	59.848	3.123
Ajustamentos à colecta		
Tributação autónoma	31.433	37.370
Derrama	-	-
Imposto do exercício	(175.380)	(625.671)
Taxa de imposto efectiva	29,23%	35,4%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

NOTA 13 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são analisadas como segue:

RUBRICAS	MONTANTE CALCULADO	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	VALOR DE BALANÇO 2011	VALOR DE BALANÇO 2010
PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO	206.467.841	3.730.990	202.736.851	212.169.144
Provisão matemática	189.369.937	3.681.861	185.688.076	195.128.909
Provisão para prémios não adquiridos	947.009	49.129	897.880	1.091.963
Provisão para sinistros	7.103.055	-	7.103.055	6.109.955
Provisão participação resultados	6.524.735	-	6.524.735	7.422.847
Provisão para compromissos taxa	2.523.105	-	2.523.105	2.415.470
PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO	-	-	-	87.308
Provisão matemática	-	-	-	-
Provisão para sinistros	-	-	-	87.308

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

PROVISÃO MATEMÁTICA	2011	2010
Seguros de Vida		
Contratos com participação nos resultados		
Carteira Antiga	45.685	51.121
Carteira Nova		
Individual	118.229.229	124.971.689
Rendas Individual	261.833	264.188
Rendas Grupo	9.167.079	9.974.741
Grupo Tradicionais	5.430.094	6.223.924
VICTORIA Vantagem Investimento	29.047.678	31.384.522
Contratos sem participação nos resultados		
Carteira Antiga	881	1.102
Rendas Individual	1.001.800	819.944
Rendas Grupo	18.705.272	17.479.190
Risco	-	-
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	3.798.525	3.958.488
TOTAL	185.688.076	195.128.909

De acordo com a política contabilística da Companhia, anualmente é efectuado, para todos os produtos, o Teste de

Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test – LAT*). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 3.798.525 (2010: Euros 3.958.488) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

	2011	2010
Seguros de Vida	623.100	15.037
Seguro ligados a Fundos de Investimento	1.900.005	2.400.433
TOTAL	2.523.105	2.415.470

O teste é efectuado através da melhor estimativa dos *cash-flows* futuros associados a cada contrato descontados a uma taxa média ponderada de 4,34 % (2010: 4,34 %).

Os pressupostos actuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

MODALIDADE	TÁBUA DE MORTALIDADE	TAXA TÉCNICA
SEGUROS DE RENDAS		
Rendas-Certas	PM 60/64	4%
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%

(CONT.)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Seguro Individual

(CONT.)

MODALIDADE	TÁBUA DE MORTALIDADE	TAXA TÉCNICA
SEGUROS DE CAPITALIS		
Capital Diferido com contrasseguro	PF 60/64	4%
	GKF80	0,95%
Mistos	AF	3,5%
	PM 60/64	4%
	GKM80	2,75%
	GKM80	2%
Temporários	PM 46/49	3,5%
	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a.	n.a.
	n.a.	n.a.
PR Valorização	PM 60/64	4%
Valor Mais PPR	TV 73/77	3,5%
Garantia Valor PPR/E	GKF80	0,95%
PPR/E Acções Maximização	GKF80	n.a.
Europa Invest	GKF80	n.a.

Seguro de Grupo

MODALIDADE	TÁBUA DE MORTALIDADE	TAXA TÉCNICA
Seguros de rendas		
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF80	2,5%
	DAV94 MR	2%
Seguros de capitais		
Capital Diferido sem contrasseguro	PF 60/64	4%
Misto	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a.	n.a.
Capital Diferido com contrasseguro	TV 73/77	4%
	GKF80	2%

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data de balanço, e inclui uma provisão estimada, no montante de Euros 566.403 (2010: Euros 498.338), relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Dezembro de 2011 ainda não reportados (IBNR). O desenvolvimento da provisão para sinistros em 2011 é analisado como segue:

(UNIDADE: EUROS)			
PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31-12-2010	MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO ⁽¹⁾	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31-12-2011 ⁽¹⁾	REAJUSTAMENTOS A PROVISÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
6.109.955	2.340.804	4.058.723	(289.572)

⁽¹⁾ referentes a sinistros de exercícios anteriores.

O valor dos reajustamentos efectuados no exercício de 2011, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Provisão para Participação nos Resultados

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respectivas modalidades;
- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Para o exercício de 2011, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

(UNIDADE: EUROS)

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR	RESERVA REAVALIAÇÃO POR AJUSTAMENTO JUSTO VALOR	% A ATRIBUIR	SALDO FINAL
Carteira Antiga	8.469	8%	678
Carteira Nova			
Individual	60.920	27%	16.448
Rendas Individual	318	-	-
Rendas Individual (novas bases técnicas)	5.487	-	-
Rendas Grupo	17.107	-	-
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	64.455	-	-
Grupo Tradicionais	18.287	10%	1.829
VICTORIA Vantagem Investimento	479.036	-	-
TOTAL	654.079	-	18.955

A percentagem a atribuir por modalidade é determinada tendo por base os valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2008 a 2010).

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2011, é a seguinte:

(UNIDADE: EUROS)

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA	SALDO INICIAL	ATRIBUÍDA	DISTRIBUÍDA		SALDO FINAL
			PAGAMENTOS	AUMENTO BENEFÍCIOS	
Carteira Antiga	55.028	568	2.855	-	52.741
Carteira Nova					
Individual	3.483.659	600.267	1.083.069	59.951	2.940.906
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Grupo Tradicionais	3.304.780	1.898.031	2.062.054	-	3.140.757
VICTORIA Vantagem Investimento	102.947	111.517	8.961	94.965	110.538
TOTAL	7.207.252	2.610.383	3.156.939	154.916	6.505.780

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

NOTA 14 – Passivos Financeiros de contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é

suportado pelo tomador de seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos contratuais, existir uma taxa mínima garantida, assumem para a companhia risco de investimento. Os movimentos ocorridos são os seguintes:

(UNIDADE: EUROS)

	COM RISCO INVESTIMENTO	SEM RISCO INVESTIMENTO	TOTAL
VALOR INICIAL	78.402.338	487.887	78.890.225
Entradas no período (deduzidas de encargos de subscrição)	4.078.965	35.179	4.114.144
Montantes pagos	19.510.525	138.907	19.649.432
Rendimento (gastos)	3.598.004	(18.302)	3.579.702
Encargos de Gestão	943.075	10.109	953.184
VALOR FINAL	65.625.707	355.748	65.981.455

NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2011	2010
TOMADORES DE SEGUROS	146.147	201.667
Mediadores de seguros	58.465	58.593
Sub-total	204.612	260.260
Resseguradores	9.409	102.090
Outros credores	5.071.369	3.165.030
TOTAL	5.285.390	3.527.380

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica inclui o montante de Euros 2.607.163 relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes. Adicionalmente, inclui o montante relativo a Depósitos à ordem referidos na Nota 1.

NOTA 16 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

• **Acréscimos e diferimentos no Activo**

	2011	2010
Outros acréscimos e diferimentos	42.824	56.087
TOTAL	42.824	56.087

• **Acréscimos e diferimentos no Passivo**

	2011	2010
Férias e subsídio de férias	481.059	445.062
Rendas e alugueres	81.647	129.417
Outros acréscimos e diferimentos	426.423	515.626
TOTAL	989.129	1.090.105

NOTA 17 – Capital Próprio

O capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., no montante de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., é representado por 1.700.000 acções de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

Em 2003, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de Junho, a Empresa procedeu a um aumento do capital social de Euros 1.000.000 pela emissão de 200.000 novas acções de valor nominal de Euros 5, e prémio de emissão de Euros 2.500.000.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

As Reservas de reavaliação sofreram no decurso do exercício de 2011, as seguintes alterações:

	SALDO INICIAL	VALORIZAÇÕES / DESVALORIZAÇÕES	DIMINUIÇÕES POR VENDA	SALDO FINAL
De Justo Valor de Activos Financeiros	80.622	(105.796)	(572.348)	(597.522)
Instrumentos de capital e Unid Participação	354.172	(159.596)	(51.687)	142.889
Títulos de Dívida	(273.550)	53.800	(520.661)	(740.411)
Dívida Pública	(564.877)	293.966	10.546	(260.365)
De Outros Emissores Públicos	316.778	225.299	(114.121)	427.956
De Outros Emissores	(25.451)	(465.465)	(417.086)	(908.002)
Terrenos e Edifícios	1.263.250	-	-	1.263.250
TOTAL	1.343.872	(105.796)	(572.348)	665.728
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")	(215.595)	196.640	-	(18.955)
TOTAL	1.128.277	90.844	(572.348)	646.773

NOTA 18 – Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital social.

NOTA 19 – Transacções entre partes relacionadas

As demonstrações financeiras da sociedade são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A..

No decurso de 2011, a VICTORIA tinha como entidades relacionadas, as empresas do Grupo Segurador ERGO, R.F.A. entidade à qual pertenceu até 29 de Dezembro de 2011.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

A análise das transacções com entidades relacionadas, é analisada como segue:

GANHOS E PERDAS	VICTORIA INTERNACIONAL, S.G.P.S., S.A.	VICTORIA- SEGUROS, S.A.	MEAG	ERGO VERSICHERUNGS GRUPPE AG	ERGO INTERNATIONAL SERVICES GMBH	MUNICH RE
Prémios adquiridos de resseguro cedido	-	-	-	-	-	347.977
Total dos Proveitos	-	-	-	-	-	347.977
Custos e gastos de exploração – comissões de resseguro	-	-	-	-	-	260.460
Custos com sinistros	-	-	-	-	-	47.555
Variação das provisões técnicas de resseguro	-	-	-	-	-	(43.653)
Outros gastos gerais e administrativos	96.187	-	207.665	19.054	180.060	-
Total dos Custos	96.187	-	207.665	19.054	180.060	264.362
Líquido Proveitos/(Custos) 2011	(96.187)	-	(207.665)	(19.054)	(180.060)	83.615
Líquido Proveitos/(Custos) 2010	(44.939)	16.524	(183.170)	(13.148)	(138.281)	147.166

GANHOS E PERDAS	VICTORIA INTERNACIONAL, S.G.P.S., S.A.	VICTORIA- SEGUROS, S.A.	MEAG	ERGO VERSICHERUNGSGRUPPE AG	ERGO INTERNATIONAL SERVICES GMBH	MUNICH RE
ACTIVO						
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	-	-	-	-	-	-
Outros Devedores por operações de seguro e outras	417.943	105.876	-	-	21.865	-
Total do Activo	417.943	105.876	-	-	21.865	-
PASSIVO						
Passivos Subordinados	-	-	-	-	-	-
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	-	-	-
Outros Credores por operações de seguro e outras	-	-	-	-	-	9.409
Total do Passivo	-	-	-	-	-	9.409
Líquido Activo/(Passivo) 2011	417.943	105.876	-	-	21.865	(9.409)
Líquido Activo/(Passivo) 2010	285.564	(212.976)	132.421	(15.298)	21.865	133.246

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

As transacções efectuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

As transacções efectuadas com a Munich Re respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere à entidade Meag, esta desenvolve para as empresas do grupo ERGO e Munich Re, a actividade de *front office* da actividade de investimentos de activos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

No dia 29 de Dezembro de 2011, o Grupo SMABTP formalizou a compra ao Grupo ERGO da VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, S.A., proprietária da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A..

NOTA 20 – Elementos extra patrimoniais

• **Compromissos com locação operacional**

Em 31 de Dezembro de 2011, os compromissos financeiros assumidos pela Companhia com contratos de manutenção e aluguer operacional encontram-se distribuídos pelos seguintes exercícios futuros:

COMPROMISSOS FINANCEIROS	VALOR
2012	10.454
2013	10.454
2014	8.712
2015	-
TOTAL	29.620

• **Compromissos por garantias prestadas**

As garantias prestadas à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são analisadas como segue:

NATUREZA DA GARANTIA	2011	2010
Avaes, fianças e outras garantias de crédito		
Direcção Geral de Contribuições e Impostos	282.574	282.574
TOTAL	282.574	282.574

• **Fundos de Pensões**

O valor dos activos dos Fundos de Pensões geridos pela companhia era de Euros 27.671.655 (2010: Euros 26.134.378), dos quais Euros 2.290.785 (2010: Euros 2.711.968) são pertença do Fundo de Pensões PPR – Duplo Valor que tem uma taxa garantida de 4%.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

VI – À CONTA DE GANHOS
E PERDAS

NOTA 21 – Prémios de contratos de seguro

Relativamente ao Seguro de Vida, temos:

	(UNIDADE:EUROS)	
	2011	2010
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS DE SEGURO DIRECTO		
Relativos a contratos individuais	21.666.724	23.542.352
Relativos a contratos de grupo	11.597.701	13.120.662
	33.264.425	36.663.014
Periódicos	29.414.333	32.778.432
Não Periódicos	3.850.092	3.884.582
	33.264.425	36.663.014
De contratos sem participação nos resultados	5.421.834	7.212.786
De contratos com participação nos resultados	27.842.591	29.450.228
	33.264.425	36.663.014
SALDO DE RESSEGURO	(552.424)	(596.616)

NOTA 22 - Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

	(UNIDADE:EUROS)	
	2011	2010
Encargos de subscrição	35.270	65.367
Comissão de gestão	952.646	1.142.785
	987.916	1.208.152

NOTA 23 - Rendimentos / réditos de investimentos

Os critérios de valorimetria utilizados na mensuração dos investimentos estão referidos na nota III. Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

Não existem de rendimentos de investimentos, proveniente de dividendos.

NOTA 24 - Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afectação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 31.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos activos disponíveis para venda e é analisada como segue:

	(UNIDADE: EUROS)	
	2011	2010
Activos disponíveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	52.485	3.002
Títulos de dívida	(11.360)	(19.514)
TOTAL	41.125	(16.512)

NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados

A movimentação ao nível dos activos financeiros é como segue:

	(UNIDADE: EUROS)			
	2011		2010	
	VALIAS REALIZADAS	AJUSTAMENTO JUSTO VALOR	VALIAS REALIZADAS	AJUSTAMENTO JUSTO VALOR
Activos financeiros detidos para negociação	243.665	-	-	475.246
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	(148.574)	(166.803)	(47.230)	(64.209)
Instrumentos de Capital e Unid Participação	(181.294)	(1.673)	(5.881)	(763)
Títulos de Dívida	32.720	(165.130)	(41.349)	(63.446)
TOTAL	95.091	(166.803)	(47.230)	411.037

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

	(UNIDADE: EUROS)	
	2011	2010
Gastos em passivos	(4.646.742)	(3.701.332)
Ganhos em passivos	1.067.040	115.521
TOTAL	(3.579.702)	(3.585.811)

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos activos financeiros afectos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

NOTA 27 – Perdas de Imparidades

Os valores registados nesta rubrica podem ser analisados na Nota 5.

As perdas por imparidade reconhecidas em 2011 sofreram um incremento face a 2010 motivada pela situação da Dívida Soberana Grega. Desta forma, a VICTORIA à luz da sua política de registo de imparidades, reconheceu o impacto da avaliação a preços de mercado dos títulos emitidos pela Grécia.

NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

	(UNIDADE: EUROS)			
	2011	2010	2011	2010
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos	
Por gestão Co-Seguro	5.435	5.574	Por gestão Co-Seguro	-
Por gestão Fundos de Pensões	198.049	212.490	Por gestão Fundos de Pensões	159.085
Por outros	2.178	1.586	Por outros	70.889
Sub-total	205.662	219.650	Sub-total	229.974
TOTAL	24.312	56.003		

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

NOTA 29 – Outras Provisões (Variações)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da actividade, incluindo uma provisão para contingências fiscais.

(UNIDADE: EUROS)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Outras Provisões	1.207.293	81.709	204.143	132.475	952.384

NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2011	2010		2011	2010
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Multas e penalidades	664	1.373	Restituição impostos	1.959	-
Quotizações diversas e donativos	-	-	Outros rendimentos e ganhos	1.421	84
Outros gastos e perdas	76.025	133.011			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	2.807	3.034	Juros obtidos	1.029	3.326
Outros gastos e perdas	22.176	32.066	Outros rendimentos e ganhos	-	-
Ajustamentos			Ajustamentos		
De recibos por cobrar	-	-	De recibos por cobrar	47.353	357.726
De créditos de cobrança duvidosa	-	-	De créditos de cobrança duvidosa	-	64.150
Perdas em Activos Tangíveis	-	-	Outros	248.933	236.853
Sub-total	101.672	169.484		300.695	662.139
TOTAL	199.022	492.655			

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

NOTA 31 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2011	2010
Despesas com Pessoal	3.825.178	4.614.010
Fornecimento e Serviços Externos	4.092.344	3.517.634
Impostos e Taxas	90.597	97.043
Amortizações do Exercício	441.025	488.590
Juros Suportados	-	-
Comissões	353.979	367.268
TOTAL	8.803.123	9.084.545

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

(UNIDADE: EUROS)

	2011		2010	
	CONTRATOS DE SEGURO	CONTRATOS DE INVESTIMENTO	CONTRATOS DE SEGURO	CONTRATOS DE INVESTIMENTO
Custos com sinistros	472.578	-	387.317	-
Custos de exploração	6.366.158	581.678	6.498.888	664.458
Custos de aquisição	1.424.538	130.160	1.386.943	140.031
Custos administrativos	4.941.620	451.518	5.111.945	524.427
Custos com investimentos	446.193	40.769	722.886	72.986
Custos Gestão Fundos de Pensões	895.747	-	738.010	-
TOTAL	8.180.676	622.447	8.347.101	737.444

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

NOTA 32 – Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efectuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Actividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve, além dos 2 membros do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 88 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

QUALIFICAÇÃO DE FUNÇÕES	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2011	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2010
Quadros superiores	17	20
Quadros médios	23	25
Profissionais altamente qualificados	22	21
Profissionais qualificados	18	22
Profissionais semi - qualificados	-	-
Estagiários e aprendizes	-	-
TOTAL	80	88

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são analisados como segue:

RUBRICAS	2011	2010
Remunerações		
dos órgãos sociais	6.000	6.000
do pessoal	2.764.734	3.042.684
Encargos sobre remunerações	640.294	688.234
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	362	1.514
Planos de benefício definido	11.361	(48.866)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	38.813	35.144
Benefícios de cessação de emprego	182.972	700.723
Seguros obrigatórios	59.617	102.163
Gastos de acção social	39.867	42.026
Outros gastos com pessoal	83.158	44.388
TOTAL DE CUSTOS COM PESSOAL	3.825.178	4.614.010

Os órgãos da companhia responsáveis pelo planeamento, direcção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direcção efectiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direcções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

A sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

ÓRGÃOS	Nº ELEMENTOS	VALOR TOTAL REMUNERAÇÃO	
		VIDA	SEGUROS
Conselho de Administração Executivo	2	-	404.166
Directores	8	296.808	343.639
Responsáveis	9	222.031	429.486
TOTAL	18	518.839	1.177.291

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Actividade Seguradora.

VII – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados. Os métodos e pressupostos principais

utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela VICTORIA VIDA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros disponíveis para venda, Activos financeiros reclassificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e activos financeiros detidos para negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

VIII – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2011

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo dar informação aos utilizadores das demonstrações financeiras para que possam avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2010, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2011.

A Companhia não obteve qualquer impacto significativo da adopção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Companhia

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2015, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão

do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.
- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (Fair Value option) serão reconhecidas em Other Comprehensive income (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

A Companhia está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de de facto control.

Dois principais objectivos foram incluídos nesta norma:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todo as entidades que controla;
- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 11 – Acordos conjuntos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 11 – Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: (i) Joint operations; e (ii) Joint ventures.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma joint venture, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 13 – Mensuração do justo valor

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração do justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor e define novos requisitos de divulgação informação. Desta forma, os principais aspectos considerados são:

- Princípios que estão na base da determinação do justo valor;
- Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização do justo valores; e
- Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: (i) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e (ii) necessidades de requisitos de divulgação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 28 – Investimentos em associadas e Joint ventures

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 28 – Investimentos em associadas e Joint

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

ventures com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelas entidades relativamente aos investimentos em associadas e em joint ventures, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, para ambos os investimentos.

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa joint venture, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011). A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 7 (Alterada) – Divulgações – Offsetting de activos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 - Divulgações – Offsetting de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) – Offsetting de activos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração IAS 32 – Offsetting de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridas para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade: (i) o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e (ii) o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		VALOR DE BALANÇO								
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO
	1 – TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2 – OUTROS TÍTULOS									
	2.1 – Nacionais									
	2.1.1 – Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 – De dívida pública									
TOTENO0018	O. T. JUNHO TF 08/18		100.000	93,05		93.047	55	55.000	2.420	4,450%
TOTEYO0007	O.T. ABR TF 05/21		200.000	99,13		198.255	51	102.000	5.470	3,850%
TOTE10E0019	O.T. JUNHO TF 03/14		1.500.000	101,97		1.529.518	76	1.132.500	35.502	4,375%
	SUB-TOTAL		1.800.000			1.820.820		1.289.500	43.392	
	2.1.1.2 – De outros emissores públicos									
	SUB-TOTAL		-			-		-		
	2.1.1.3 – De outros emissores									
TBCUB1E0005	BANCO COMERC PORTUGUES TF 07/17		4.000.000	99,19		3.967.720	67	2.675.800	99.672	4,750%
13910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	0,00		-	-	-	-	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	0,00		-	-	-	-	

(CONT.)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		VALOR DE BALANÇO								
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DEPOSITOS TF 10/20		1.000.000	100,16		1.001.633	66	657.210	39.356	4,250%
PTCGGFOM0015	CAIXA GERAL DEPÓSITOS TF 09/14		1.500.000	100,81		1.512.195	81	1.208.445	24.216	3,625%
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	0,00		-	-	-	-	
913012876001	COPINAQUE 90/95		249	0,00		-	-	-	-	
913910003301	FABRIFER 91/96		100	0,00		-	-	-	-	
913012886001	SOMEK 92/97		150	0,00		-	-	-	-	
913012886002	SOMEK 94/99		349	0,00		-	-	-	-	
	SUB-TOTAL		6.501.222			6.481.548		4.541.455	163.244	
	SUB-TOTAL		8.301.222			8.302.368		5.830.955	206.636	
	2.1.2 – Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 – Acções									
PTFBIOAN0004	BANCO FINANTIA SA	455.654			0	191.375	0	191.375	-	
	SUB-TOTAL	455.654				191.375		191.375		
	2.1.2.2 – Títulos de participação									
	SUB-TOTAL	-				-		-		
	2.1.2.3 – Unidades de participação em fundos de investimento									

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS										VALOR DE BALANÇO	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO	
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	683.800			4	2.587.168	4	2.873.190			
	SUB-TOTAL	683.800				2.587.168		2.873.190			
	2.1.2.4 – Outros										
	SUB-TOTAL	-	-			-		-			
	SUB-TOTAL	1.139.454	-			2.778.543		3.064.565	-		
	TOTAL	1.139.454	8.301.222			11.080.911		8.895.520	206.636		
	2.2 – Estrangeiros										
	2.2.1 – Títulos de rendimento fixo										
	2.2.1.1 – De dívida pública										
FR0119105775	BTF FRENCH T-BILL 02/09/12		5.350.000	99,95		5.347.325	100	5.349.465	-	0,000%	
FR0119418889	BTF FRENCH T-BILL 05/04/12		1.000.000	100,00		1.000.000	100	999.800	-	0,000%	
BE0000298076	BELGIUM KINGDOM TF 02/12		2.000.000	101,18		2.023.655	103	2.067.400	25.683	5,000%	
BE0000307166	BELGIUM KINGDOM TF 06/16		1.690.000	97,75		1.651.942	100	1.697.943	14.107	3,250%	
BE0000317264	BELGIUM KINGDOM TF 09/12		900.000	100,07		900.636	100	903.420	13.672	2,000%	
ES0000012866	BONOS Y OBLIG TF 03/13		940.000	100,63		945.903	101	954.053	16.396	4,200%	
ES00000120J8	BONOS Y OBLIG TF 06/17		3.000.000	98,31		2.949.190	98	2.945.250	104.318	3,800%	
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	101,75		3.052.585	98	2.935.800	51.082	4,100%	

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

VALOR DE BALANÇO

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
							UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	104,71		314.117	88	263.220	5.622	4,500%
DE0001141547	BUNDESOBLIGATION TF 09/14		3.300.000	103,79		3.425.076	105	3.462.195	53.557	2,250%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000	97,71		977.106	105	1.048.700	7.254	2,250%
DE0001135234	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 03/13		200.000	104,34		208.675	106	211.090	3.689	3,750%
DE0001135218	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 03/13		900.000	103,82		934.393	105	940.590	40.056	4,500%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 10/21		300.000	101,93		305.787	107	320.520	8.219	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	136,31		1.090.441	144	1.152.480	49.452	6,250%
IT0004467483	BUONI POLIENNALI DEL TES TF 09/12		700.000	100,23		701.639	100	700.000	6.943	3,000%
IT0003472336	BUONI POLIENNALI TF 03/13		3.700.000	100,58		3.721.511	99	3.661.335	65.485	4,250%
IT0003719918	BUONI POLIENNALI TF 04/15		1.300.000	102,00		1.326.035	97	1.254.630	23.008	4,250%
IT0003844534	BUONI POLIENNALI TF 05/15		1.600.000	98,76		1.580.210	94	1.503.280	24.987	3,750%
IT0004019581	BUONI POLIENNALI TF 06/16		1.100.000	103,00		1.132.994	91	1.006.445	17.178	3,750%
IT0004164775	BUONI POLIENNALI TF 06/17		300.000	103,07		309.223	91	273.915	4.997	4,000%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS										VALOR DE BALANÇO	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO	
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000	96,34		192.673	81	161.160	3.124	3,750%	
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	105,21		5.260.432	91	4.554.500	93.699	4,500%	
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	104,92		209.841	90	180.480	3.748	4,500%	
IT0004612179	BUONI POLIENNALI TF 10/13		500.000	99,74		498.721	95	476.675	792	2,000%	
IT0004615917	BUONI POLIENNALI TF 10/15		200.000	100,63		201.257	92	183.620	262	3,000%	
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	101,13		1.516.921	84	1.256.625	19.836	4,000%	
FI0001005407	FINNISH GOVERNMENT TF 02/13		3.050.000	103,78		3.165.172	108	3.278.903	80.625	5,375%	
FI0001006066	FINNISH GOVT TF 06/17		600.000	106,12		636.713	111	668.940	6.797	3,875%	
FI4000020961	FINNISH GOVT TF 11/21		900.000	108,50		976.513	110	988.155	26.853	3,500%	
FR0000188989	FRANCE O.A.T. TF 02/13		100.000	103,70		103.705	105	104.785	2.721	4,000%	
FR0010216481	FRANCE O.A.T. TF 04/15		3.100.000	97,31		3.016.624	105	3.251.590	17.025	3,000%	
FR0010288357	FRANCE O.A.T. TF 05/16		1.000.000	96,23		962.330	106	1.058.250	22.111	3,250%	
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.300.000	101,63		2.337.424	105	2.410.745	58.678	3,750%	
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	104,65		1.046.467	109	1.086.550	27.213	4,000%	
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		600.000	101,55		609.313	104	623.400	14.287	3,500%	
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	148,51		742.537	148	739.125	28.914	8,500%	
FR0010011130	FRANCE OAT TF 02/13		900.000	102,87		925.786	106	951.840	6.590	4,000%	
FR0010163543	FRANCE OAT TF 04/15		3.000.000	98,96		2.968.693	107	3.195.150	71.434	3,500%	
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	108,15		2.271.210	109	2.286.585	16.338	4,250%	

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS										VALOR DE BALANÇO	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO	
FR0116114978	FRENCH TREASURY NOTE TF 09/14		400.000	102,16		408.643	103	412.540	9.671	2,500%	
GR0114020457	HELLENIC REPUBLIC TF 07/12		1.100.000	30,58		336.380	31	336.380	16.142	4,100%	
GR0110021236	HELLENIC REPUBLIC TF 09/12		900.000	47,50		427.500	48	427.500	30.135	4,300%	
IE0006857530	IRISH GOVERNMENT TF 99/16		2.950.000	103,23		3.045.138	89	2.633.465	95.287	4,600%	
DE000NRW1006	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	111,91		559.570	114	571.685	14.703	4,375%	
NL0000102325	NETHERLANDS GOVERNMENT TF 04/14		1.325.000	104,72		1.387.516	108	1.430.536	22.943	3,750%	
NL0000102283	NETHERLANDS GOVERNMENT TF 06/16		2.900.000	100,87		2.925.225	112	3.257.715	53.563	4,000%	
NL0000102689	NETHERLANDS GOVT TF 03/13		900.000	102,96		926.669	106	956.295	17.662	4,250%	
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		6.200.000	110,14		6.828.732	113	7.028.940	221.671	3,750%	
NL0009041359	NETHERLANDS GOVT TF 09/12		700.000	100,07		700.490	100	700.455	16.685	2,500%	
NL0009331461	NETHERLANDS GOVT TF 10/13		100.000	100,87		100.866	102	101.620	1.678	1,750%	
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		300.000	104,21		312.640	111	333.270	4.848	3,500%	

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

VALOR DE BALANÇO

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
							UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO
NL0009712470	NETHERLANDS GOVT TF 11/21		300.000	103,95		311.857	109	327.105	4.502	3,250%
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT BOND TF 07/22		1.000.000	99,21		992.125	94	944.860	42.781	4,500%
FR0000188690	REP FSE TF 02/12		600.000	100,77		604.602	104	622.020	5.217	4,750%
AT0000A0CL73	REP OF AUSTRIA TF 09/14		400.000	104,81		419.248	106	424.320	2.675	3,400%
AT0000385992	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 03/13		2.300.000	102,28		2.352.537	105	2.422.015	17.194	3,800%
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/20		400.000	100,06		400.249	108	430.060	7.203	3,900%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		2.500.000	99,60		2.490.021	105	2.624.125	25.581	3,500%
AT0000A011T9	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 06/16		1.000.000	99,70		996.988	110	1.095.400	11.694	4,000%
AT0000A0N9A0	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22		4.500.000	101,95		4.587.789	105	4.737.600	156.172	3,650%
FR0119105775	BTF FRENCH T-BILL 02/09/12		350.000	99,89		349.617	100	349.965	-	0,000%
IT0003993158	CERT DI CREDITO DEL TES 05/12		1.500.000	98,94		1.484.100	99	1.489.875	11.640	4,814%
FR0114683842	FRENCH TREASURY NOTE TF 08/13		20.000	110,95		22.190	106	21.184	423	4,500%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO
FR0118153370	FRENCH TREASURY NOTE TF 09/12		20.000	100,30		20.060	100	20.070	42	0,750%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		50.000	102,12		51.060	111	55.545	808	3,500%
	SUB-TOTAL		93.345.000			94.582.587		94.863.154	1.827.672	
	2.2.1.2 – De outros emissores públicos									
FR0010163329	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/15		300.000	104,00		311.993	105	314.610	7.399	3,625%
FR0010301747	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/16		300.000	103,81		311.439	105	314.280	7.399	3,625%
FR0010198036	CAISSE AMORT DET CADES TF 05/20		2.500.000	103,74		2.593.508	102	2.552.750	17.162	3,750%
FR0010249763	CAISSE AMORT DET CADES TF 06/13		3.100.000	99,02		3.069.630	102	3.174.400	68.818	3,250%
FR0010767566	CAISSE AMORT DET CADES TF 09/20		1.000.000	104,81		1.048.077	106	1.064.550	28.914	4,250%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		900.000	107,04		963.371	108	970.560	7.208	4,375%
DE0001240265	GEMEINSAME BUND TF 07/17		300.000	105,31		315.917	112	335.112	9.127	4,250%
DE000A0SLW11	LAND BRADENBURG 08/12		1.000.000	100,02		1.000.203	100	1.000.280	2.820	1,515%
DE0001590628	LAND NIEDERSACHSEN TF 04/14		1.000.000	99,26		992.597	106	1.058.250	35.373	4,125%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

VALOR DE BALANÇO

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR		JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO	
						TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO			
DE0001590677	LAND NIEDERSACHSEN TF 08/18		200.000	105,08		210.158	112	224.416	7.126	4,250%
XS0255800285	RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22		2.500.000	110,30		2.757.469	106	2.653.850	63.354	4,375%
DE0001040517	LAND BADEN-WUERTTEMBERG 08/13		1.000.000	99,87		998.700	100	1.000.300	1.257	1,371%
DE0001040640	LAND BADEN-WURT 09/13		1.600.000	100,06		1.600.944	100	1.601.536	6.062	1,550%
DE000A0Z1GR4	LAND BERLIN 09/12		7.500.000	99,88		7.491.000	100	7.515.000	1.729	1,660%
DE000A0Z1FS4	LAND BERLIN 09/13		1.600.000	100,38		1.606.080	100	1.606.256	6.496	1,874%
DE000A0SLW11	LAND BRADENBURG 08/12		1.000.000	99,02		990.200	100	1.000.280	2.820	1,515%
DE000A0Z2LX0	LAND BRANDENBURG 10/13		3.200.000	100,02		3.200.480	100	3.202.912	11.414	1,566%
DE000A0SLVX5	LAND HESSEN 09/12		6.000.000	100,38		6.022.740	100	6.017.400	23.063	2,035%
DE000A1A59W8	LAND NIEDERSACHSEN 09/12		1.700.000	100,21		1.703.485	100	1.701.462	5.247	1,634%
E000NRW2ZN2	LAND NORDRHEIN 10/14		5.250.000	100,43		5.272.312	100	5.264.017	20.161	1,750%
DE000NRW2YQ8	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 09/13		2.700.000	100,02		2.700.405	100	2.702.835	2.075	1,537%
DE000A1DABF7	LAND RHEINLAND-PFALZ 10/12		3.100.000	99,98		3.099.318	100	3.103.255	13.500	1,479%
DE0002760931	KFW TF 04/14		3.900.000	100,97		3.937.733	108	4.203.420	81.516	4,250%
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000	102,96		308.881	109	325.680	5.164	3,500%
DE000A0Z2KS2	KFW TF 09/16		500.000	100,72		503.600	107	534.850	7.684	3,125%
DE000A0L1CY5	KFW TF 09/19		300.000	102,38		307.132	111	332.655	10.957	3,875%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		VALOR DE BALANÇO								
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO
DE000A0Z1V00	KFW 09/12		4.000.000	100,03		4.001.360	100	4.009.600	5.689	1,600%
	SUB-TOTAL		56.750.000			57.318.732		57.784.516	459.534	
	2.2.1.3 – De outros emissores									
ES0312298005	AYT CEDULAS CAJAS GLOBAL 05/12		400.000	100,69		402.767	95	380.288	280	1,480%
ES0361002001	AYT CEDULAS CAJAS III TF 02/12		4.200.000	100,89		4.237.584	99	4.161.570	112.057	5,250%
XS0230228933	B.E.I. TF 05/15		3.100.000	97,45		3.020.850	104	3.227.410	19.852	3,125%
ES0413440076	BANCO ESPANHOL DE CREDITO TF 05/12		3.400.000	99,88		3.395.964	99	3.351.040	29.378	2,750%
ES0413900103	BANCO SANTANDER CENT-HISP TF 05/15		3.000.000	96,82		2.904.556	95	2.836.200	24.078	3,125%
ES0413900087	BANCO SANTANDER TF 05/20		1.600.000	100,06		1.601.007	90	1.438.880	46.863	4,000%
XS0304459026	BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22		200.000	99,56		199.129	105	209.570	5.347	4,750%
XS0323856210	BARCLAYS BANK PLC 07/19		15.000.000	100,02		15.003.692	107	16.024.500	162.917	4,250%
XS0179749808	BAYERISCHE LANDESBANK 03/15		4.000.000	101,26		4.050.388	99	3.971.400	8.833	1,590%
FR0000474652	CIE FINANCEMENT TF 03/18		2.000.000	98,96		1.979.163	105	2.103.300	56.312	4,500%
FR0010489831	CIE FINANCEMENT TF 06/15		300.000	106,81		320.420	106	317.895	7.281	4,750%
FR0010526988	CIE FINANCEMENT TF 07/13		900.000	102,85		925.680	102	920.925	39.390	4,500%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

VALOR DE BALANÇO

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
							UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO
FR0010422618	CIE FINANCEMENT TF 07/17		3.300.000	97,80		3.227.503	103	3.407.250	24.919	4,125%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000	106,23		318.699	107	322.425	8.791	4,875%
XS0369059216	DANSKE BANK TF 08/13		1.500.000	102,91		1.543.636	105	1.567.875	40.159	4,875%
FR0010369306	DEXIA AGENCY TF 06/14		3.000.000	99,88		2.996.259	100	3.000.750	92.746	3,875%
FR0010539734	DEXIA AGENCY TF 07/17		4.500.000	99,33		4.469.950	100	4.481.775	26.004	4,500%
DE000HBE1MP5	EUROHYPO AG TF 06/16		1.500.000	96,35		1.445.260	106	1.594.875	6.353	3,875%
XS0294513030	GELDILUX 2007 – TS 09/14		1.100.000	92,55		1.018.003	99	1.087.900	4.149	1,656%
XS0201674594	HBOS TSY SRVCS TF 04/14		3.800.000	100,79		3.830.147	104	3.935.470	43.684	4,250%
ES0347785000	IM CEDULAS TF 06/16		2.900.000	100,69		2.919.990	88	2.563.600	69.034	4,250%
XS0342083101	KOMMUNALKREDIT AUSTRIA TF 08/12		1.500.000	100,11		1.501.577	100	1.501.800	56.055	4,000%
ES0414970162	LA CAIXA DE BARCELONA TF 02/12		3.000.000	101,35		3.040.362	99	2.969.250	14.754	4,500%
DE000LBW3F05	LB BADEN- WUERTTEMBERG 05/12		500.000	100,06		500.304	100	500.085	1.347	1,590%
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000	102,04		816.331	103	825.280	28.841	4,125%
DE000A1ELQH6	BREMEN FREIE 10/12		3.300.000	100,08		3.302.673	100	3.302.013	5.747	1,458%
DE000DK8ACH6	EKABANK 10/13		1.000.000	100,05		1.000.520	100	997.070	427	1,538%
XS0488173864	DEXIA CREDIT LOCAL 10/13		3.900.000	100,00		3.900.000	96	3.745.560	7.410	1,710%
DE000A0XE9W7	L-BANK BW FOERDERBANK 08/13		2.200.000	100,21		2.204.664	100	2.206.644	16.841	1,862%

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO
DE000A0XE9R7	L-BANK BW FOERDERBANK 09/12		4.000.000	100,24		4.009.640	100	4.008.080	9.212	1,764%
DE000A0Z13P8	L-BANK BW FOERDERBANK 10/13		1.600.000	99,97		1.599.552	100	1.601.728	4.992	1,582%
DE0001040715	LAND BADEN-WURT 10/12		4.900.000	99,99		4.899.697	100	4.904.214	14.573	1,508%
DE000NLB24A3	NORDDEUTSCHE LANDESBANK 07/14		250.000	99,20		248.000	99	247.803	808	1,552%
DE000NWB1897	NRW BANK 08/13		3.000.000	100,09		3.002.730	100	2.995.470	2.451	1,635%
	SUB-TOTAL		89.950.000			89.836.697		90.709.895	991.885	
	SUB-TOTAL		240.045.000			241.738.016		243.357.565	3.279.092	
	2.2.2 – Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 – Acções									
	2.2.2.2 – Títulos de participação									
	SUB-TOTAL									
	2.2.2.3 – Unidades de participação em fundos de investimento									
IE00B06YB680	PREFF PAN-EUROPEAN REAL ESTATE FUND	16.470			82	1.357.589	87	1.429.067		
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	389			21	8.320	24	9.161		

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS									VALOR DE BALANÇO	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS DECORRIDOS	TAXA DE JURO
LU0322248658	DB X-TRACKERS RUSSEL 2000	57			71	4.074	74	4.244		
FR0007054358	LYXOR ETF EURO STOXX 50 A	29			25	721	23	672		
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	8.050			24	191.177	19	156.331		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP -XD	125			113	14.125	108	13.444		
FR0010270033	LYXOR ETF COMMODITIES CRB-AD	596			20	11.947	22	13.404		
	SUB-TOTAL	25.716				1.587.953		1.626.323		
	2.2.2.4 – Outros									
	SUB-TOTAL									
	TOTAL	25.716	240.045.000			243.325.969		244.983.888	3.279.091	
	3 – TOTAL GERAL	1.165.170	248.346.222			254.406.880		253.879.408	3.485.727	

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

VICTORIA – SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO
& CONTAS
2011

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia de Vitória, 71 - A, 111*
1069-006 Lisboa
Portugal

Teléfono: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Victoria – Seguros de Vida, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 297.911.598 euros, e um total de capital próprio de 21.681.595 euros, incluindo um resultado líquido de 424.594 euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos seus capitais próprios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. e firma portuguesa membro de rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas ao KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade sem fins lucrativos.

KPMG & Associados - S.R.L. S.A.
Capital Social: 2.000.000 Euros - Pessoa
Colectiva nº PT 502 161 018 - inscrita na
D.R.C.C. nº 150 - inscrita na C.A.M. nº 16
800

Matriculada no Conservatório do
Registo Comercial de Lisboa sob o
n.º PT 502 161 018



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Victoria – Seguros de Vida, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 23 de Março de 2012

Ana Cristina Soares Dourado
KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

dv

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011

Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA-Seguros de Vida, SA

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, a Conta de Ganhos e Perdas (Conta Técnica e Não Técnica), as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, ambos sem reservas, com cujos teores concordámos.

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aprove:

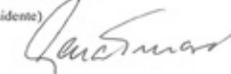
- O Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2011;
- A proposta de aplicação dos resultados no Relatório de Gestão;
- A gestão da Sociedade exercida em 2011 pelo Conselho de Administração.

Nesta oportunidade, manifestamos o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 28 de Março de 2012

O Conselho Fiscal

João de Lara Everard
(Presidente)



Santiago Gil de Biedma
(Vogal)



Luis Henriques
(Suplente do Conselho Fiscal)



11 82

04

ANEXOS

VICTORIA – SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO
& CONTAS
2011

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

ANEXO I PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - RAMO VIDA

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA EM 2011	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR EM 2012	BASE DE INCIDÊNCIA	DISTRIBUIÇÃO
SEGURO INDIVIDUAL				
CARTEIRA ANTIGA				
Dividendos				
F1 e F4	1%	1%	Provisão Matemática	No início da anuidade. Desconto no prémio
Capital adicional				
F1 e F4	1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. <i>Aumento do capital seguro</i>
CARTEIRA NOVA				
PRODUTOS TRADICIONAIS				
Bónus				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal (F14), Reforma Segura (ACC), Nova Geração	0%	0%	Provisão Matemática	
Experiência Segura, Vida Activa e Geração Segura (com taxa garantida de 2,75%)	0,5%	0,25%	Provisão Matemática	
Experiência Segura e Geração Segura (com taxa garantida de 2%)	1,25%	1,0%	Provisão Matemática	

(CONT.)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

(CONT.)

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA EM 2011	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR EM 2012	BASE DE INCIDÊNCIA	DISTRIBUIÇÃO
Seguro de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Capital adicional				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal F(14), Reforma Segura (ACC) Nova Geração – Sobrevivência	0,31% × anos do contrato (max. 18%)	0,28% × anos do contrato (max. 18%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. <i>Aumento do capital seguro</i>
Nova Geração – Morte	100%	100%		
Protecção Vida (FT), Renda Certa (FRT)	100%	100%	Capital ou Renda segura	Contratos que terminam por morte. Aumento do capital ou renda segura
DESCONTO NO PRÉMIO				
Protecção Vida (FT)	50,5%	50,5%	Prémio	No início da anuidade. Desconto no prémio

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA EM 2011	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR EM 2012	BASE DE INCIDÊNCIA	DISTRIBUIÇÃO
SEGURO DE GRUPO				
PRODUTOS TRADICIONAIS				
Bónus				
Misto (G11), Capital Diferido(G19)	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguros de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Vantagem Investimento	0.39%	0,5%	Provisão Matemática	
DESCONTO NO PRÉMIO				
Seguro de risco	50.5%	50.5%	Prémio da Cobertura base	No início da anuidade. Desconto no prémio

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DEFISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

ANEXO II RENTABILIDADES DE PRODUTOS FINANCEIROS - RAMO VIDA

RENTABILIDADE	TAXAS 210	TAXAS 2011
SEGURO INDIVIDUAL		
PPR Valorização	1,0%	1,1%
Valor Mais PPR	-0,5%	0,0%
Invest	0,9%	1,1%
Garantia Rendimento	-0,7%	0,3%
Garantia Valor PPR	-1,0%	-4,4%
PPR Acções Maximização	-3,5%	-6,4%
Europa Invest	-4,0%	-12,6%
SEGURO DE GRUPO		
Reforma Valor	0,9%	1,0%

**VICTORIA INTERNACIONAL
DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.**

VICTORIA – SEGUROS S.A

VICTORIA- SEGUROS DE VIDA S.A

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade, 200
1250-147 Lisboa - Portugal
T 213 134 100 · F 213 134 700

www.victoria-seguros.pt